

ERIS

Defesa e Segurança
Internacional

V.4, N. 1, JAN-ABRIL. 2023, SÃO PAULO.

ISSN 2764-9156



ERIS
DEFESA E SEGURANÇA INTERNACIONAL

Organização

ERIS - Defesa e Segurança
Internacional

Revisão

Clarissa Nascimento Forner
Giovanna Ayres A. de Paiva
Jonathan de Araujo de Assis
Kimberly Alves Digolin
Livia Peres Milani
Matheus de Oliveira Pereira

Diagramação

Clarissa Nascimento Forner	Maria Eduarda de Araújo
Kimberly Alves Digolin	Mayara Zorzo
Livia Peres Milani	Ríllari Ferreira Castro e Silva

Logradouro

Praça da Sé, 108 - 3º Andar - Sé -
São Paulo - SP - CEP: 01001-900

Site: <https://gedes-unesp.org/eris>
E-mail: contato.gedes@gmail.com

ISSN 2764-9156



Como citar este documento



ERIS (Org). Eris - Defesa e Segurança
Internacional. São Paulo, v. 4 n.1, jan-abr,
2023. São Paulo.

Sumário

Sobre o ERIS	4
O uso de drones militares israelenses dentro das fronteiras nacionais pela Força Aérea Brasileira (Murilo Motta)	5
Contos de Farda (Matheus de O. Pereira)	8
90 segundos para o fim do mundo e a carência de disposição à cooperação (Luiza Elena Januário)	11
A atuação da Microsoft no Brasil e as relações Brasil - EUA (Murilo Motta)	15
Manifesto Moscou: o Conceito de Política Externa russa de 2023 urge um mundo multipolar (Getúlio Alves de Almeida Neto)	20
Exercendo uma curiosidade feminista sobre as desigualdades de gênero no mercado de trabalho: lutas históricas e desafios atuais (Maria Eduarda Kobayashi Rossi)	27
Entrevista com a professora Patricia Borelli sobre tecnologias de segurança.....	33

Entrevista com a professora Patrícia de Oliveira Matos sobre tecnologias de segurança	40
Entrevista com o professor Alcides Perón sobre tecnologias de segurança	46

Sobre o ERIS

ERIS foi concebido pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) como um espaço para divulgação de reflexões sobre os temas de Defesa e Segurança Internacional. Porque estamos pensando e refletindo sobre os focos de tensão internacional e os conflitos que afligem o mundo, nomeamos nossa revista de divulgação acadêmica em uma alusão à deusa grega da discórdia, Éris. Segundo a Teogonia de Hesíodo, Éris era a mãe das desgraças, e seu pomo da discórdia foi a semente da Guerra de Troia.

Mas nem sempre a discórdia é negativa. Em homenagem à Éris, a prática argumentativa empregada no debate filosófico dos sofistas foi denominada de erística. De fato, a disputa de ideias está no cerne do esforço de reflexão em qualquer ambiente de pesquisa e de análise. Assim também é no GEDES, onde prezamos a diversidade de opiniões e de vozes. ERIS é, portanto, um espaço para expressarmos essa diversidade e promovermos o diálogo e a democratização do conhecimento.

Nesta edição, constam textos publicados em nosso sítio eletrônico entre janeiro e maio de 2023, reproduzidos aqui em ordem cronológica de divulgação, e também transcrições de entrevistas sobre tecnologias de segurança realizadas pelo Grupo de Elaboração de Cenários e Estudos de Futuro (GECEF), no âmbito da Rede de Pesquisa em Autonomia Estratégica, Tecnologia e Defesa (PAET&D), constituída sob o PROCAD-Defesa do edital nº15 de 2019 financiado pela Capes.

Em tempo, ressaltamos que todos os artigos publicados no ERIS expressam unicamente a opinião de seus autores. Eles não representam, necessariamente, a opinião dos editores ou da equipe do ERIS, do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), ou das instituições associadas ao GEDES.

O uso de drones militares israelenses dentro das fronteiras nacionais pela Força Aérea Brasileira

Murilo Motta*

Os drones são [dispositivos de vigilância aérea](#), isto é, câmeras voadoras mobilizadas estrategicamente para coletar dados a partir do alto – que, em alguns casos, podem ser armadas com mísseis. Conforme [Fernanda Bruno](#), a vigilância pode ser definida como “a observação sistemática e focalizada de indivíduos, populações ou informações relativas a eles, tendo em vista produzir conhecimento e intervir sobre os mesmos, de modo a conduzir suas condutas”. A vigilância permanente instaurada pela presença constante desses “olhos no céu” permite a coleta de diversos tipos de dados, que podem ser mobilizados em prol de estratégias de controle à distância sobre as populações que são seus alvos.

[Desde 2010](#), a FAB emprega drones militares fabricados por empresas israelenses. Atualmente, quatro drones do modelo [Hermes 450](#) (designado RQ 450 ao ser incorporado pela FAB) e um do modelo [Hermes 900](#) (RQ 900), ambos fabricados pela Elbit Systems, são operados pelo Primeiro Esquadrão do Décimo Segundo Grupo de Aviação (1º/12º GAV), o Esquadrão Hórus, situado na base aérea de Santa Maria (RS). Além deles, dois [Heron I](#) (RQ 1150), fabricados pela Israel Aerospace Industries (IAI), são operados desde 2020 pelo Esquadrão Orungan (1º/7º GAV), situado na base aérea de Santa Cruz (RJ).

Cabe ponderar as possíveis implicações da incorporação dos drones militares importados de Israel pela FAB, uma vez que podem ser estabelecidas [conexões](#) entre a ocupação dos Territórios Palestinos por Israel e a ocupação de favelas cariocas por Unidades de Polícia Pacificadoras (UPP), a partir de 2008, e por Forças de Pacificação, entre 2010 e 2015. Além disso, as Forças Armadas brasileiras têm atuado crescentemente em operações de [Garantia da Lei e da Ordem](#) (GLO), tanto em territórios urbanos, notadamente no [Rio de Janeiro](#), quanto em terras indígenas na região Norte do país, como na Operação [Samaúma](#) (2021).

[Entre 2016 e 2020](#), Israel foi responsável por 3% do comércio global de armas, sendo o 8º maior exportador de armas do planeta. As empresas produtoras dos drones empregados pela FAB se destacam nesse mercado: a [Elbit Systems](#) é a maior empresa privada de armamentos de Israel, enquanto a [IAI](#) é a maior empresa estatal do setor.

A indústria de segurança israelense se desenvolveu [simultaneamente](#) aos conflitos com seus vizinhos árabes e às tentativas de ocupação dos Territórios Palestinos. Nas últimas décadas, o país se tornou um grande exportador de tecnologias militares, como os drones, notadamente desenvolvidas com base em suas experiências no controle e vigilância constantes sobre populações enquadradas como “ameaças à ordem social” nos Territórios Palestinos.

A “ocupação aérea” dos Territórios Palestinos por aviões, helicópteros e drones é crucial na ocupação colonial contemporânea da Palestina, já que a maior parte do policiamento é feita a partir do ar, através da mobilização dos sensores a bordo de veículos aéreos não tripulados, por exemplo. [Nos Territórios Palestinos](#), a vigilância constante visa uma “condução de condutas” que objetiva subordinar a população palestina para que Israel possa explorar sua mão de obra e os recursos naturais dos Territórios da forma mais rentável possível.

No Brasil, os drones militares israelenses foram originalmente incorporados pela Força Aérea Brasileira (FAB) para integrar sua divisão de Aviação de Reconhecimento, que é responsável por fornecer dados para o Sistema de Inteligência das Forças Armadas. As principais [justificativas](#) para sua importação foram seus menores custos e sua maior versatilidade em relação a aeronaves tradicionais. Segundo [estimativas](#) de 2010, uma hora de voo de um drone custaria apenas um décimo do que custa uma hora de voo de uma aeronave tripulada. À época, representantes das Forças Armadas ressaltaram que os drones poderiam ser empregados tanto para fins militares, em missões de reconhecimento, designação de alvos, busca e resgate, vigilância urbana, costeira e de fronteiras, quanto em operações de segurança pública, de controle do desmatamento e em operações de defesa civil.



Imagem: Ilustração do conceito de drone militar.
Por Freepik.

De fato, o emprego de drones pela FAB entre 2010 e 2022 aconteceu tanto em exercícios militares de simulação de conflitos, quanto em operações na faixa de fronteira e em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Nos exercícios de simulação de conflitos, seu emprego objetiva a captação de imagens que auxiliam no planejamento das missões, permitindo um melhor direcionamento das ações militares. Na faixa de fronteira terrestre, esse emprego acontece no contexto das operações Ágata, visando a coleta de informações com o objetivo de combater o narcotráfico e outros ilícitos transfronteiriços. Nas operações de GLO, os drones foram empregados na segurança de grandes eventos, no controle do desmatamento e em operações de [ocupação](#) em favelas cariocas, por exemplo.

É importante que a sociedade civil esteja atenta e seja crítica às formas de emprego desses drones, uma vez que eles foram desenvolvidos para emprego em contextos militares, mas são crescentemente empregados pela FAB dentro das fronteiras nacionais, o que contribui para [borrar](#) os limites entre a defesa nacional e a segurança interna, podendo levar ao uso de equipamentos inadequados, à ineficácia de resultados e até mesmo à violação de direitos civis.

*Murilo Motta é Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Unesp/Unicamp/Pucsp), bolsista CAPES (PROCAD-DEFESA) e membro da Rede de Pesquisa em Autonomia Estratégica, Tecnologia & Defesa (PAET&D)

Este ensaio é um resumo do artigo “Olhos no céu: a incorporação de veículos aéreos não tripulados israelenses pela Força Aérea Brasileira” publicado pela Revista Hoplos, v. 6, n. 11, 2022. A versão completa está disponível no [site](#) da revista.

Contos de Farda

Matheus de O. Pereira*

À medida que as apurações sobre o 08 de janeiro avançam fica cada vez mais claro que as Forças Armadas tiveram uma atuação negligente - para dizer o mínimo - no episódio. A gravidade dos eventos tem servido para finalmente colocar em evidência a relação entre as Forças Armadas e a política, um dos mais adiados, e necessários, debates sobre a democracia brasileira. Longe de qualquer pretensão de exaurir o assunto, gostaria de chamar a atenção neste texto para a necessidade urgente de desconstrução do que chamarei aqui de mitologia da excepcionalidade, que envolve as narrativas e percepções sobre a Forças Armadas desde a sua gênese.

Esta mitologia corresponde, de modo sucinto, à caracterização das Forças Armadas como uma organização excepcional, uma ilha de modernidade em meio ao mar de atraso e primitivismo da sociedade brasileira. Formadas a partir da mimetização de elementos importados, as Forças Armadas seriam a representação de uma forma superior de organização e os valores típicos da caserna - hierarquia, disciplina, ordem - funcionam como contraponto ao que seriam características “inatas” dos povos locais, sobretudo os indígenas e os pretos: a lasciva, preguiça, falta de disciplina etc.

Embora seja uma caricatura sem qualquer fundamento, esta caracterização permite formar imagens poderosas que forjam uma identidade que é tanto autorreferida pelos militares como reproduzidas por atores externos. Uma declaração do Ministro Chefe da Casa Civil, Rui Costa, dada em recente entrevista [ao jornal O Globo](#), ilustra com perfeição como esta visão circula inclusive entre a esquerda. Segundo Rui Costa, “Na minha opinião, isso [os acampamentos na frente dos quartéis] não contribuía e não contribuiu para a imagem das nossas Forças Armadas, que sempre foram o símbolo do que está escrito na bandeira do Brasil: ‘Ordem e Progresso’”.

Outro aspecto relevante desta mitologia é a representação das Forças Armadas como probas, imaculadas, justamente porque se diferenciam dos vícios e mazelas imperantes na sociedade. Por outro lado, ao serem definidas como instituições de Estado e destinadas à defesa da pátria, elas se tornam uma espécie de repositório da nacionalidade. Os militares seriam, assim, a representação “verdadeira” do que é a Nação, estando, portanto, aptos a identificar quando os interesses nacionais estão em jogo, e sua suposta lisura os tornam apropriados para executar movimentos de saneamento da política, de afastamento da corrupção, de contenção da desordem.

Essa narrativa, que pode ser detectada em todos os episódios de golpismo dos militares, desempenhou papel fundamental na construção da candidatura de Jair Bolsonaro à presidência em um contexto no qual a corrupção ocupava o posto de principal problema brasileiro. Ora, se o país se encontra engolfado no “mar de lama” da esquerda corrupta, quem melhor que um militar para pôr ordem na casa? O fato de Bolsonaro ser um troglodita até mesmo para os padrões dos militares brasileiros pouco importa - o fato é que ele habilmente manejou este elemento em seu favor. Uma vez no poder, Bolsonaro não apenas seguiu se apropriando exaustivamente da retórica militarista como promoveu [uma verdadeira colonização da administração pública com militares](#) que, por sua vez, fizeram o que sabem de melhor: expandir [seu quinhão de privilégios às custas do erário](#).

Isto nos remete a um tópico que será central nos debates sobre o período recente: a narrativa segundo a qual a vinculação entre militares e bolsonarismo se dá no plano individual, e não institucional, isto é, a ideia de que o que ocorreu foi uma adesão de indivíduos militares, e não um endosso institucional das Forças, ao bolsonarismo. Esta é uma falácia que precisa ser urgentemente desconstruída.

Do infame [tuíte](#) do gen. Villas Bôas chantageando o STF até aos afagos aos golpistas acampados, as Forças Armadas são siamesas do bolsonarismo. Não duvido que as imagens de depredação do patrimônio artístico e cultural do país e de um sujeito defecando sobre a mesa de um ministro do STF arrepiem oficiais que se julgam membros de uma casta superior, mas não há ginástica retórica que desvincule as turbas bolsonaristas dos militares. É simplesmente impossível que mais de 6.000 oficiais da ativa ocupem postos na administração pública sem respaldo do Alto Comando, ou que as infundadas suspeitas sobre o sistema eleitoral sejam endossadas sem a anuência dos estrelados generais sem batalhas.



Imagem: Invasão do prédio do Congresso Nacional.
Por: Agência Senado/Flickr.

Esta narrativa, contudo, serve a vários propósitos fundamentais dos militares neste momento. O primeiro deles é evitar que os militares envolvidos no governo Bolsonaro sejam objeto de qualquer tipo de responsabilização pela coleção de absurdos formada nos últimos quatro anos, em particular no Ministério da Saúde. Um segundo interesse fundamental é assegurar a manutenção dos privilégios recentemente adquiridos – como o tratamento especial na reforma da previdência. Finalmente, os militares esperam manter-se isentos de qualquer tipo de controle por parte do poder civil, garantindo, assim, sua autonomia administrativa e política, inclusive na definição das prioridades orçamentárias.

Para garantir que sua agenda será exitosa, os militares precisam contar com mais do que sua expertise em relações públicas. Se as narrativas mitológicas sobre os militares persistiram por tanto tempo não foi apenas por ação da caserna, mas também por inação dos civis. É fundamental que os poderes estabelecidos se assenhem de suas prerrogativas constitucionais e façam aquilo que se espera de qualquer democracia: que os militares sejam plena e irrevogavelmente subordinados ao poder civil – e não conciliados com ele. Evidentemente não se trata de exercício simples, mas a urgência que a questão adquiriu nos últimos anos não comporta mais adiamentos. As falas recentes do Presidente Lula e a [demissão do gen. Arruda](#) representam bons sinais, mas é preciso ir além. É preciso que haja um debate amplo e propositivo entre partidos, representantes eleitos e a sociedade civil, que discuta a sério o controle civil. Caso isto ocorra, pelo menos para algo positivo a grotesca fuzarca golpista que tomou Brasília terá servido.

*Matheus de O. Pereira é Doutor em Relações Internacionais e Professor na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

90 segundos para o fim do mundo e a carência de disposição à cooperação

Luiza Elena Januário*

No dia 24 de janeiro de 2023, o [Bulletin of the Atomic Scientists](#) anunciou que o Relógio do Juízo Final, ou Doomsday Clock, está marcando 90 segundos para a meia noite, o que representa o ponto mais próximo do apocalipse que a humanidade já esteve. A [metáfora do relógio](#) marcando o tempo para fim do mundo é uma figura utilizada para alertar sobre os riscos a serem enfrentados considerando a possibilidade de destruição do planeta por meio de dinâmicas relacionadas a avanços tecnológicos desenvolvidos pelo homem. Ou seja, está em pauta [chamar a atenção](#) da opinião pública e de líderes políticos para as ameaças que podem desestruturar as sociedades.

Criado em 1947, o Relógio do Juízo Final foi concebido a partir da preocupação gerada com o advento das armas nucleares. Durante a Guerra Fria, as marcações estimavam entre dois e doze minutos para o fim do mundo. Com o otimismo gerado pelo fim do conflito bipolar, foram estimados dezessete minutos para a meia noite em 1991, o ponto mais distante da aniquilação registrado desde o início da elaboração da metáfora. Vale ressaltar que a forma de sua concepção foi alterada ao longo dos anos, sendo que em 2007 foram considerados pela primeira vez possíveis efeitos disruptivos associados à mudança climática. De qualquer forma, desde 2020 o Relógio do Juízo Final apontava cem segundos para a meia noite.

A questão nuclear foi central para acertar os ponteiros do Relógio nesse ano. Apesar de terem sido também considerados fatores relativos a ameaças biológicas, crise climática e tecnologias disruptivas, as armas nucleares representaram o cerne das preocupações, particularmente com os riscos associados à Guerra Russo-Ucrânia desencadeada em 2022. De fato, o diagnóstico hodierno é de crise da ordem nuclear. Desde o início do conflito, foram realizadas análises sobre a desestruturação de tal ordenamento e os [prejuízos](#) em termos de legitimidade do seu principal instrumento, o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), sendo também proposto que a crise atual encontra suas [raízes](#) na própria natureza da ordem nuclear, não representando uma distorção ou novidade.

De qualquer forma, entre as evidências de [pontos de tensão](#) associadas ao evento, podem ser citadas a falta de consenso na Conferência de Revisão do TNP de 2022, que foi encerrada sem aprovação de um documento final; a falta de consenso na Primeira Reunião das Partes do Tratado de Proibição das Armas Nucleares (TPAN) acerca da pertinência de se reprovar oficialmente a postura russa; a preocupação acerca da proteção de usinas nucleares em áreas de conflito e a insuficiência de meios para se lidar com tal tipo de situação; e a deterioração do diálogo estratégico entre Estados Unidos e Rússia, o que admitidamente já estava em marcha antes da deflagração do conflito na Ucrânia. O pessimismo associado à ordem nuclear global também está representado em outras facetas, como o fracasso de se relançar o Acordo Nuclear do Irã e os testes de mísseis balísticos da Coreia do Norte.

Particularmente a deterioração do diálogo estratégico entre Rússia e Estados Unidos é fonte de grande preocupação. Os panoramas de 2022 já indicavam apreensão com relação às perspectivas do Novo Tratado de Redução de Armas Estratégicas, conhecido como New Start, o único acordo bilateral de controle de armamentos em vigor entre os dois países com os maiores arsenais nucleares do mundo. O compromisso expiraria em 2026 e havia a sensação que estava em perigo, uma vez que era necessário que Estados Unidos e Rússia buscassem retomar negociações para manter ou aprovar novas obrigações após essa data. No anúncio do Relógio do Juízo Final de 2023, foi pontuado que o findar do tratado [“iria eliminar inspeções mútuas, aprofundar a desconfiança, estimular uma corrida armamentista e aumentar a possibilidade de uso de armas nucleares”](#). Além disso, houve frustração diante da impossibilidade de retomada das inspeções in loco, paralisadas desde 2020 devido inicialmente à pandemia de COVID-19 e, posteriormente, à guerra na Ucrânia.

Porém, o cenário foi agravado logo na sequência. No dia 21 de fevereiro de 2023, o presidente russo Vladimir Putin [anunciou](#) que Moscou estava suspendendo sua participação no New Start, demandando esclarecimentos acerca de sua forma de implementação, ainda que o mandatário tenha ressaltado que não se tratava de uma retirada do acordo. Putin também afirmou que a Rússia retomaria a realização de testes nucleares se os Estados Unidos assim o fizessem. A decisão de suspender a participação [não foi recebida com surpresa](#), mas pode ser considerada delicada por [introduzir mais incerteza em um cenário de grande animosidade](#). Apesar do mal-estar gerado, há a expectativa que as obrigações básicas sejam mantidas, já que o [ministério de Relações Exteriores da Rússia](#) afirmou que o país continuaria a cumprir os limites impostos pelo tratado enquanto ele estiver em vigor, respeitando as restrições quantitativas em relação a armas estratégicas ofensivas e continuando a notificar os Estados Unidos acerca dos lançamentos de mísseis balísticos.

O New Start é um acordo de 2010, em vigor desde 2011 que estabeleceu limites quantitativos para os arsenais nucleares de seus signatários, com validade prorrogada até 4 de fevereiro de 2026. Apesar de ser um tratado mais recente, pode ser inserido na lógica de compromissos bilaterais de controle de armamentos promovidos por Estados Unidos e União Soviética, e posteriormente Rússia, desde a época da Guerra Fria. A perspectiva em pauta é de promoção de estabilidade estratégica e diminuição de incertezas, com base na cooperação. As iniciativas dessa natureza constituem um elemento importante em termos das ações desenvolvidas para lidar com a questão das armas nucleares. Ressalta-se que o diálogo entre os dois Estados foi central também para a arquitetura do regime de não proliferação, já que o TNP pode ser considerado fruto de convergência de interesses entre eles.

Talvez a característica definidora do momento atual seja justamente a falta de estímulo à cooperação no que se refere à questão nuclear. Durante a Guerra Fria existiram momentos de graves tensões, sendo necessário conviver com a possibilidade de escalada acidental ou proposital. Ainda assim, a metáfora do Relógio do Juízo Final remete hoje a uma imagem mais negativa e drástica do que naquele período. Os 90 segundos para a meia noite atuais podem ser associados à necessidade de dramatizar a questão para atrair atenção para os problemas e a consideração de outros fatores, mas a questão nuclear ainda está no cerne do ajuste dos ponteiros, ou melhor, parece que a falta de disposição política dos Estados para cooperar com o intuito de encontrar soluções para problemas comuns é o grande marco para o momento atual. No próprio [anúncio de 2023](#) foi apontado que estava em curso o desmantelamento de instituições e normas internacionais essenciais para a formulação de uma resposta apropriada aos vários riscos enfrentados pela humanidade.



Imagem: Doomsday clock, positioned at 1.5 minutes to midnight. Disponível em: <[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Doomsday_clock_\(1.5_minutes\).svg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Doomsday_clock_(1.5_minutes).svg)>. Acesso em: 24 fev. 2023.

A ordem nuclear global é baseada em um compromisso discriminatório e, desde o ponto de vista de diversos atores, injusto. Apesar de todos os mecanismos de sustentação do presente ordenamento, é recorrente uma sensação de crise, insatisfação e promessas não cumpridas. Entendimentos básicos entre as superpotências da Guerra Fria representam aspectos basilares sobre os quais foi gradualmente edificado e mantido o regime de não proliferação, ainda que as convergências possivelmente fossem pautadas simplesmente por um interesse de manter o status quo. O declínio da disposição à cooperação em temas estratégicos significa, assim, maior incerteza e instabilidade para a arquitetura internacional. De forma similar, as iniciativas bilaterais dos dois países em termos de controle de armamentos representavam um importante aspecto de promoção de estabilidade e construção de confiança mútua. Ainda que não fossem suficientes para contornar os problemas intrínsecos à ordem nuclear, constituíam um esforço positivo e necessário.

O cenário atual é justamente de desmantelamento dessas iniciativas e de sua racionalidade, sem apresentação de uma alternativa viável. Ainda que não fossem suficientes, as ações existentes, baseadas na cooperação, eram fundamentais para amenizar os riscos associados às armas nucleares. Assim, o desmonte não é favorável mesmo ao considerar perspectivas críticas ao ordenamento. Afinal, a construção da ordem nuclear foi baseada no sufocamento de alternativas para se lidar com tais armas e a instabilidade de componentes relevantes para seu funcionamento não aparece acompanhada de espaço para novas formulações.

*Luiza Elena Januário é doutora e mestra em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP-UNICAMP-PUC-SP). Professora da Universidade Paulista (UNIP). Membro do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES).

A atuação da Microsoft no Brasil e as relações Brasil - EUA*

Murilo Motta**

O estudo das tecnologias da informação é um campo que merece destaque na pesquisa na área de Relações Internacionais, tanto porque essas tecnologias foram decisivas na estruturação do sistema interestatal pós-2ª Guerra, quanto porque elas continuam a transformar as relações humanas em seus aspectos mais fundamentais, graças à popularização da Internet e das plataformas e redes digitais, através das quais opera o [capitalismo de vigilância](#) - um novo modelo de produção, cuja matéria-prima são os dados gerados pelos usuários de tecnologias digitais, que são utilizados na produção de modelos preditivos do comportamento humano, que também permitem sua modificação por antecipação.

De fato, a acumulação e circulação de dados digitais é um elemento central da economia política do século XXI. O que nós entendemos como “tecnologia” nos dias de hoje muitas vezes significa tecnologias que instrumentalizam a informação, isto é, coletam, classificam, gerenciam e processam informações de modo a medir, registrar, controlar e prever o que coisas, pessoas ou outras informações podem ou devem fazer. Essas tecnologias tornaram a informação abundante e barata, dando origem a um [novo tipo de economia política](#), baseada não na escassez das matérias-primas, mas no excesso da informação.

Este artigo objetiva contribuir para a compreensão dos impactos da adoção destas tecnologias digitais de ponta, desenvolvidas em países centrais, por países da periferia e semiperiferia do sistema interestatal. Especificamente, nos concentramos na atuação da Microsoft no Brasil. A Microsoft Corporation é uma empresa transnacional com sede em Redmond, Washington, EUA, que desenvolve e comercializa softwares de computador, produtos eletrônicos e serviços digitais. Entre seus produtos mais conhecidos estão o sistema operacional Windows, a linha de aplicativos para escritório Office, o navegador Internet Explorer e as redes sociais LinkedIn e Skype. Contudo, nos casos analisados a seguir, fica claro que o [verdadeiro modelo de negócios](#) da Microsoft é a privatização dos conhecimentos necessários para a inovação em tecnologias da informação.

Por exemplo, em 1985, [o contencioso entre o Brasil e os EUA na questão da informática](#) opôs os dois países em torno do acesso ao mercado brasileiro de produtos de informática. A Lei da Informática do Brasil, aprovada em outubro de 1984, previa a reserva do mercado nacional para produtos de informática produzidos por empresas brasileiras. No ano seguinte, o governo Reagan anunciou uma série de retaliações econômicas, destinadas a balancear o prejuízo potencial às empresas estadunidenses.

O contencioso da informática foi marcado pela emergência da Microsoft como um dos atores centrais da disputa, ao lado do governo estadunidense. Essa relação dialética entre Estado e empresas estadunidenses implica que a atuação internacional dos EUA sempre resulta de uma combinação entre os interesses do empresariado nacional e aqueles do governo. Conseqüentemente, a atuação da diplomacia dos EUA [objetivava](#) que o Brasil reconhecesse o regime internacional de propriedade intelectual que assegura os direitos autorais dos softwares e eliminasse a política de reserva de mercado para empresas nacionais.

A pressão pelo reconhecimento do regime de patentes se tornou um elemento estrutural da política internacional, o que favoreceu a afirmação de grupos alinhados ao neoliberalismo no governo brasileiro. De fato, em janeiro de 1991, um novo projeto de lei sobre o software foi anunciado pelo Congresso brasileiro, desta vez recebendo o apoio do presidente da Microsoft. Uma nova [Lei da Informática, de n. 8.248](#), foi sancionada no mesmo ano e confirmou o fim da reserva de mercado para outubro de 1992.

A concentração dos conhecimentos necessários para desenvolver e operar tecnologias da informação de ponta entre algumas poucas empresas estadunidenses permitiu ao governo deste país deter as principais empresas desse setor sob sua jurisdição, o que lhes possibilitou acesso a uma gigantesca quantidade e variedade de dados vindos de todo o mundo. Além disso, na esteira dos ataques de 11 de setembro de 2001, o governo dos EUA implementou uma [agenda de securitização](#) da sociedade que neutralizou qualquer demanda por privacidade. Por exemplo, o USA PATRIOT Act, que esteve em vigor de 26 de outubro de 2001 até 2015, permitia que os órgãos de segurança e de inteligência dos EUA interceptassem ligações telefônicas e e-mails de organizações e pessoas supostamente envolvidas com o terrorismo nos EUA ou no exterior, sem necessidade de qualquer autorização do Poder Judiciário. Em 2015, o USA FREEDOM Act entrou em vigor em seu lugar, tornando necessária autorização judicial para que o governo estadunidense possa interceptar essas comunicações.

A atuação conjunta de empresas e governo estadunidenses continuou ao longo das décadas seguintes, em detrimento dos interesses do governo brasileiro. [Em 2010](#), Chelsea Manning disponibilizou para a plataforma WikiLeaks uma série de mensagens diplomáticas trocadas no período de 2003 a 2010 entre embaixadas e o governo dos EUA, causando uma crise política e diplomática que ficou conhecida como Cablegate.

Em uma destas mensagens, [de 21 de dezembro de 2007](#), é relatado um encontro do presidente da Microsoft Brasil, Michel Levy, com o Embaixador dos EUA, Clifford Sobel, em que o presidente da filial brasileira desta gigante do software estadunidense afirma que o governo do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) estariam buscando descreditar o software proprietário da Microsoft (XML) em favor da adoção de softwares livres (ou Open Document Format, ODF), e aponta como fatores dessa posição questões ideológicas e interesses comerciais contrários aos dos EUA.

Em 2013, Edward Snowden disponibilizou uma série de documentos da National Security Agency (NSA) para o WikiLeaks, que ficaram conhecidos como SpyFiles. Dentre eles, há documentos que atestam que o governo dos EUA, [através do programa PRISM](#), teve acesso aos servidores de armazenamento de dados dos usuários das principais empresas de tecnologias da informação do país, começando pela Microsoft, em 11 de setembro de 2007.

Além disso, outros documentos disponibilizados por Snowden para jornalistas do The Guardian atestam que houve [cooperação direta](#) entre a Microsoft e o governo dos EUA, uma vez que a Microsoft ajudou a NSA a contornar a criptografia de seu serviço de e-mail, o Outlook.com, e de seu serviço de conversas por áudio e vídeo, o Skype - comprado pela Microsoft em 2011.

As operações de vigilância da NSA realizadas no Brasil incluíram o monitoramento do telefone celular da então presidenta Dilma Rousseff, a coleta de dados da Petrobras e, de forma indiscriminada, de cidadãos brasileiros. [Em resposta](#), Rousseff adiou uma visita oficial aos EUA, inicialmente prevista para outubro de 2013, e dedicou seu discurso na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas daquele ano à questão da vigilância em massa e da rede global de espionagem eletrônica, condenando as práticas da NSA como uma violação do Direito Humano à privacidade e como um desrespeito à soberania nacional.

[Em 2015](#), uma nova série de vazamentos tornou públicas práticas de espionagem econômica levadas a cabo pelo governo dos EUA contra parceiros tradicionais, como a Alemanha, a França, a União Europeia e o Brasil. Segundo os documentos, entre 2011 e 2013, 29 “alvos” brasileiros tiveram seus telefones grampeados pela NSA, incluindo a presidenta Dilma Rousseff, seu assistente, sua secretária, o Chefe da Casa Civil, Antônio Palocci, o Ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, o embaixador brasileiro nos EUA, Luiz Alberto Figueiredo Machado, e a Procuradora-Geral do Ministério da Fazenda, Adriana Queiroz de Carvalho.

Tanto no contencioso da informática entre o Brasil e os EUA na década de 1980, quanto nos casos das denúncias de espionagem internacional ao longo dos anos 2010, a Microsoft e o governo dos EUA atuaram em sinergia de modo a garantir seus interesses, em detrimento dos interesses, da privacidade e da soberania do governo brasileiro. Nestes casos, ficaram claras as vulnerabilidades a que se expõe qualquer país quando adota tecnologias estrangeiras, desenvolvidas por empresas intimamente ligadas a seus respectivos governos. Entretanto, a rejeição a elas não é tão simples. Empresas como as GAFAM concentram os conhecimentos e as capacidades necessárias para o desenvolvimento de novas tecnologias, de modo que a criação de alternativas nacionais não é tarefa fácil.

De fato, como a Microsoft, tal qual as outras grandes empresas representadas pelas GAFAM, oferece vantagens de custo no armazenamento de dados, seus serviços são contratados por diversos países ao redor de globo. Isso acontece sem que exista uma discussão maior acerca das implicações sociais da adoção de tecnologias estrangeiras por países periféricos e semiperiféricos porque a [racionalidade neoliberal](#) hegemônica preza pela competitividade e pela eficiência, em detrimento de objetivos como o ajuste às necessidades locais e a promoção da autonomia.

O neoliberalismo pode ser entendido como uma visão de mundo, escorada em um conjunto original de aparatos discursivos, práticas sociais e formas de conduta individual que buscam generalizar o princípio da concorrência em todas as dimensões da vida humana. Especificamente [nas redes e plataformas digitais](#), a racionalidade neoliberal opera anulando e dissipando quaisquer ações coletivas que busquem criar outras lógicas que não sejam voltadas à concorrência e à reprodução do capital.

Ao longo do período analisado neste artigo, é possível notar que a concentração dos conhecimentos e capacidades necessárias para o desenvolvimento de tecnologias da informação contribuiu para a [manutenção das assimetrias](#) econômicas e políticas entre o Brasil e os EUA. Essa concentração também implicou em violações do princípio da soberania nacional e do Direito Humano à privacidade, reforçando as assimetrias culturais e sociais entre as populações do centro e aquelas da periferia e semiperiferia do sistema interestatal.



Imagem: Ícones relacionados a computador e tecnologia. Por: Freepik.

*Este ensaio é um resumo do artigo “Tecnologias da informação, concentração de conhecimentos e relações internacionais: a atuação da Microsoft no Brasil” publicado pela Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, v. 11, n. 22, 2022. A versão completa está disponível no [site da revista](#).

** Murilo Motta é Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Unesp/Unicamp/Pucsp), bolsista CAPES (PROCAD-DEFESA) e membro da Rede de Pesquisa em Autonomia Estratégica, Tecnologia & Defesa (PAET&D)

Manifesto Moscou: o Conceito de Política Externa russa de 2023 urge um mundo multipolar

Getúlio Alves de Almeida Neto*

Em 31 de março, foi publicado pelo Ministério das Relações Exteriores da Rússia a nova edição do documento intitulado “[Conceito de Política Externa da Federação Russa](#)”.^[1] Trata-se da quinta versão do documento, após as publicações em 2000, 2008, 2013 e 2016. Em conjunto com outros documentos como a Doutrina Militar e o Conceito de Segurança Nacional da Federação Russa, o Conceito de Política Externa visa a comunicação com o público doméstico e, sobretudo, externo. Em relação ao segundo, o conjunto de documentos expõe a visão da Rússia sobre o sistema internacional, as principais ameaças e riscos definidos pelo governo para a segurança nacional do país, bem como delimita a forma de reação a estas ameaças. Ao publicar tais documentos, o Kremlin busca dotar de previsibilidade seus princípios de política externa e política de defesa. Em última análise, pode-se compreendê-los como um elemento de dissuasão da política externa russa. Nesta pequena análise, o objetivo é destacar alguns pontos de mudanças nas publicações do Conceito de Política Externa ao longo dos anos tendo em vista o cenário atual marcado pela Guerra da Ucrânia e por perspectivas de transição hegemônica em curso no sistema internacional.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que, desde a primeira versão do [Conceito de Política Externa](#) (RUSSIA, 2000) algumas linhas centrais permanecem constantes, auxiliando na compreensão da visão russa sobre o sistema internacional. Entre estas, destacam-se cinco elementos fundamentais: 1) a defesa pelo respeito ao Direito Internacional e às normas internacionais; 2) a supremacia do Conselho de Segurança da ONU (CSNU) como órgão de resolução de conflitos; 3) a busca em evitar a escalada armamentista convencional e nuclear; 4) o respeito entre os interesses das potências e a não interferência em questões domésticas; 5) a crítica à expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) para regiões próximas à fronteira russa.

Destarte, o que se evidencia nas diferentes versões do Conceito de Política Externa é, em maior medida, uma mudança no tom adotado em suas disposições, ora mais otimista, ora mais pessimista e reativa; a forma como interesses e ameaças são definidos de maneira mais ou menos implícita; e o modo como o governo enxerga o papel de grande potência a ser exercido pela Rússia. Nessa perspectiva, observam-se algumas alterações ao longo de suas quatro primeiras edições.

[No documento de 2000](#), destacam-se sobretudo o caráter mais pragmático quanto à possibilidade de cooperação no âmbito do Conselho Rússia-OTAN, criado em 1997, apesar da ressalva quanto à incongruência entre as diretrizes políticas e militares da aliança militar ocidental com os interesses securitários russos (RÚSSIA, 2000). Em específico, o documento apresentava o posicionamento russo contrário ao uso da força sem autorização do Conselho de Segurança da ONU em nome de conceitos como “intervenção humanitária” e “soberania limitada”, em uma clara alusão ao bombardeio da OTAN na Guerra do Kosovo, em 1999. Por fim, cabe destaque ao fato de que, já em 2000, o Conceito de Política Externa ressaltava a autopercepção russa quanto ao seu status de grande potência e definia como objetivo o estabelecimento de uma ordem multipolar que levasse em conta a variedade de interesses dos Estados nas relações internacionais.

Em sua [segunda edição](#), publicada em julho de 2008 - portanto um mês antes da Guerra da Geórgia - o documento não apenas explicitava o desejo russo por uma nova ordem internacional multipolar, mas já afirmava o início da derrocada do modelo internacional dominado pelo Ocidente desde o fim da Guerra Fria (RÚSSIA, 2008). Nesse sentido, destacava-se a crítica ao modelo de alianças políticas e militares - novamente em referência à OTAN - quanto a sua capacidade de lidar com os desafios securitários contemporâneos, além de uma nova crítica ao projeto de expansão da aliança militar ocidental e as negociações para adesão de Geórgia e Ucrânia. Não obstante, a Rússia ainda se mostrava disposta a cooperar no contexto do Conselho Rússia-OTAN, desde que com base no reconhecimento dos interesses das potências.

A [versão de 2013](#) aprofundava o posicionamento russo quanto a sua percepção do fim da hegemonia estadunidense no sistema internacional, que passava a dar lugar para o surgimento de novos polos de poder, sobretudo na região Ásia-Pacífico. Em razão do declínio de seu poder relativo, o Ocidente - segundo a perspectiva russa - iria usar de medidas para manter seu poder, que por consequência tornaria o sistema internacional mais instável (RÚSSIA, 2013).

Entre a publicação do documento em 2013 e a sua [quarta edição](#), em 2016, houve a anexação da Crimeia, em 2014, um movimento crucial da política externa russa para os desdobramentos que levaram ao atual estado das relações entre Rússia e o Ocidente. Dois anos após o ocorrido, o Conceito de Política Externa da Federação Russa pela primeira vez apontava explicitamente para a emergência de um sistema multipolar e novos modelos de desenvolvimento. Nesse sentido, além de uma disputa entre Estados no campo político, militar e econômico, o posicionamento do governo russo identificava a concorrência entre diferentes modelos na dimensão civilizacional, criticando a tentativa de imposição de valores entre as partes. Dessa forma, a busca do Ocidente de impor seu modelo ao redor do globo e impedir a ascensão de novos polos de poder seria o principal motivo para a instabilidade internacional.

A principal diferença entre o documento de 2016 e as versões anteriores, no entanto, foi a menção explícita aos Estados Unidos, no trecho que se segue:

[...] a Rússia não reconhece a política dos Estados Unidos de jurisdição extraterritorial para além dos limites da lei internacional e considera inaceitável tentativas de exercer pressões militares, políticas, econômicas, ou de qualquer outra natureza, e se reserva o direito de responder firmemente a ações hostis, incluindo o reforço de sua defesa nacional e tomando medidas retaliatórias ou assimétricas. (RÚSSIA, 2016, quarta seção, artigo 72, tradução nossa).

Nesse contexto, o Conceito de Política Externa de 2023 tem como principal diferença em relação às versões anteriores o seu caráter de manifesto que, pela primeira vez, assinala de maneira desvelada o projeto russo de estabelecimento de uma nova ordem mundial. Ainda que nas duas últimas versões já fosse possível identificar claramente a insatisfação russa com o modelo atual de configuração de forças, a versão de 2023 torna-se claramente mais propositiva e otimista em relação à capacidade russa de se estabelecer como polo de poder e à possibilidade e vontade de outros Estados do sistema internacional de se unirem em um projeto que busque repensar a estrutura política, econômica e securitária global. Destaco, a seguir, quatro pontos principais de análise que se relacionam com este objetivo.

Em primeiro lugar, há a defesa do fim da hegemonia do dólar como meio de pagamento internacional e moeda de reserva, ainda que o documento não cite de maneira explícita o nome da moeda estadunidense, como se vê nas passagens abaixo:

“[...] O facto de alguns países abusarem da sua posição dominante nalgumas áreas fomenta os processos de fragmentação da economia global e as desigualdades no desenvolvimento dos países. Novos sistemas de pagamento nacionais e transfronteiras estão a ganhar forma, há um interesse crescente em novas moedas de reserva internacionais e estão a surgir motivos para a diversificação dos mecanismos de cooperação económica internacional” (RÚSSIA, 2013, artigo 10, p. 4).

“[...] adaptar o comércio e os sistemas monetários globais às realidades de um mundo multipolar e às consequências da crise da globalização económica para, antes de mais nada, reduzir a capacidade dos países hostis de abusar do seu monopólio ou da sua posição dominante nalguns sectores da economia mundial e aumentar a participação dos países em desenvolvimento na gestão económica global” (RÚSSIA, 2013, artigo 39, p. 17).

O segundo ponto de destaque é a menção a uma série de iniciativas multilaterais, fóruns e organizações que engloba o relacionamento com Estados em todos os continentes, dando ênfase sobretudo à África e Ásia, regiões nas quais a influência relativa dos Estados Unidos tem diminuído, tais como o Fórum de Parceria Rússia-África e a Grande Parceria Eurasiática. Além disso, o Conceito de Política Externa define como uma área prioritária o fortalecimento do papel internacional de instituições e organizações nas quais a Rússia possui participação significativa, como os BRICS, Organização de Cooperação de Xangai (OCX), Comunidade de Estados Independentes (CEI), União Económica Eurasiática (UEE), Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC), e RIC (Rússia, Índia, China). Por fim, destaca-se a menção à iniciativa do “Conceito russo de segurança coletiva no Golfo Pérsico”, proposta na qual a Rússia se vê como ator facilitador da retomada de normalidade das relações entre os países do Oriente Médio. Ao longo do texto há, de maneira velada, o principal argumento utilizado pelo governo russo no que tange à diferença entre o relacionamento dos países com Moscou e Washington: a não interferência em assuntos domésticos e relativos à estabilidade dos regimes políticos.

O terceiro tema cuja importância é ressaltada nesta análise se refere à menção explícita dos Estados Unidos como principal fonte de ameaça à segurança da Rússia, citando de maneira aberta a OTAN apenas uma única vez. Nesse sentido, a Rússia passa a definir o Ocidente não como um bloco monolítico que busca estabelecer um projeto hegemônico, mas como uma constelação dos Estados Unidos e “seus satélites”, os quais podemos inferir, principalmente, a Europa. Nesse sentido, o espaço no texto dedicado à Europa é breve e direto. No artigo 49, o documento afirma que as complicações nas relações entre Rússia e Europa se devem às concepções estratégicas e ao fomento de uma política antirussa por parte dos Estados Unidos, que acaba por limitar a soberania dos países europeus em nome de seu projeto hegemônico. No artigo 61, o governo russo faz um convite à cooperação com países europeus ao colocar sobre eles a responsabilidade de:

[...] perceberem que não existe alternativa à coexistência pacífica e cooperação mutuamente vantajosa em pé de igualdade com a Rússia [...] isso terá um impacto benéfico na segurança e bem-estar da região europeia e ajudará os países europeus a ocupar um lugar condigno na Grande Parceria Eurasiática e no mundo multipolar. (RÚSSIA, 2023, p. 30-31)

Por fim, o principal destaque em relação ao Conceito de Política Externa de 2023 está em relação ao foco dado ao processo em curso de transição do sistema internacional, que, na perspectiva russa, abandona o modelo de projeto hegemônico estadunidense em favor de um mundo multipolar. No artigo 12, o documento aponta para a crise na ordem mundial vigente e afirma que a resposta lógica a este cenário é reforçar a “cooperação entre países que estão sujeitos a pressões externas” a partir de mecanismos de integração regionais e transregionais. Pode-se sugerir que se trata de uma referência à cooperação da Rússia com Irã, China e Índia. Ademais, o documento transparece seu caráter de manifesto que busca apoio global ao projeto de transição da polaridade internacional ao afirmar, no artigo 18, que a Rússia busca um sistema de relações internacionais que “preserve a identidade cultural e civilizacional e garanta igualdade de oportunidades de desenvolvimento para todos os países, independentemente da sua posição geográfica, da dimensão do seu território, do seu potencial demográfico, de recursos e militar, e do sistema político, económico e social.”.

Por fim, cabe destacar o uso do argumento de respeito às leis internacionais e à reiterada menção ao CSNU como principal órgão responsável pela manutenção da segurança internacional, a crítica às intervenções militares unilaterais e ao processo decisório de aplicação de sanções sem a anuência do órgão. Ao analisarmos tais afirmações a partir do contexto da Guerra da Ucrânia – assim como fora o caso das versões anteriores sob a luz da Guerra da Geórgia e da anexação da Crimeia – é claro que o leitor estranhe a contradição do governo russo. Nesse sentido, o Conceito de Política Externa de 2023 novamente se diferencia dos outros ao fazer menção ao Artigo 51 da [Carta da ONU](#), sobre o direito inerente de legítima defesa individual ou coletiva, como uma prerrogativa legal que justificaria a invasão russa à Ucrânia para se defender das ameaças tais como percebidas por Moscou. Além desta, o documento busca resguardar o direito russo de não cumprir com tratados internacionais que não estejam de acordo com a Constituição da Federação Russa, como disposto no artigo 21

Em suma, pode-se afirmar que o novo Conceito de Política Externa da Federação Russa continua com as linhas gerais da política externa russa do século XXI. Nesse sentido, permanece como objetivo principal a transformação da arquitetura de segurança do pós-Guerra Fria e o fim da hegemonia estadunidense em prol da formação de um sistema de relações internacionais multipolar, no qual a Rússia deverá exercer um papel principal como um dos principais centros de poder em base de igualdade e reconhecimento dos interesses entre as potências. No entanto, a publicação do documento em 2023 representa o mais elevado nível de confiança – e, também, cinismo em relação ao respeito às disposições da Carta da ONU – da política externa russa em relação a este processo de transformação do sistema internacional. Enquanto as quatro primeiras versões foram gradativamente aumentando a ênfase na defesa por um mundo multipolar e possuíam um tom de prenúncio da derrocada estadunidense, o documento de março de 2023 já reconhece o cenário pós-pax-americana e faz um convite aos demais Estados para participarem da construção de um sistema internacional que leve em conta os interesses dos diferentes atores que queiram se desvencilhar do modelo político-econômico estabelecido por Washington.

Por fim, o posicionamento russo não descarta a possibilidade de cooperação com os países europeus. Não obstante, Moscou busca mostrar como é cada vez menos dependente do relacionamento com seus vizinhos ocidentais, que teriam muito mais a perder com a má relação com a Rússia, em detrimento de um aprofundamento das relações com os países euroasiáticos e, principalmente, com potências como China e Índia. Em 2023, Moscou afirma abertamente que a hegemonia dos Estados Unidos deve ser encerrada em prol de um sistema multipolar com a participação russa como um dos polos de poder; coloca a responsabilidade da instabilidade internacional na recusa de Washington em aceitar o fim de sua hegemonia; e convoca outros atores a participarem da construção de um novo sistema internacional.

Nota

[1] A versão em português está com a grafia de Portugal, que será mantida nos trechos citados ao longo do texto.

Referências

NAÇÕES UNIDAS. Carta das Nações Unidas. 1945. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2022-05/Carta-ONU.pdf>. Acesso em: 2 maio 2023.

RÚSSIA. Ministério de Negócios Estrangeiros. 2023. Conceito de Política Externa da Federação da Rússia. Disponível em: https://mid.ru/en/foreign_policy/fundamental_documents/1860586/?lang=pt. Acesso em: 2 maio 2023.

RÚSSIA. President of Rússia. Concept of the Foreign Policy of the Russian Federation. 2008. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/supplement/4116>. Acesso em: 18 abr. 2023

RÚSSIA. The Foreign Concept of the Russian Federation. 2000. Federation of American Scientists. Disponível em: <https://fas.org/nuke/guide/russia/doctrine/econcept.htm>. Acesso em: 2 maio 2023.

RÚSSIA. The Foreign Concept of the Russian Federation, 2013. Voltaire Network. Disponível em: <https://www.voltairenet.org/article202037.html>. Acesso em: 2 maio 2023

RÚSSIA. The Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation. Concept of the Foreign Policy of the Russian Federation. 2016. Disponível em: https://archive.mid.ru/en/foreign_policy/news/-/asset_publisher/cKNonkJE02Bw/content/id/2542248. Acesso em: 2 maio 2013

* Getúlio Alves de Almeida Neto é doutorando e mestre em Relações Internacionais pelo PPGR "San Tiago Dantas" (Unesp, UNICAMP, PUC-SP). Defendeu a Dissertação de Mestrado sobre a reforma militar russa e a projeção de poder do país. Membro do Observatório de Conflitos do GEDES. Contato: getulio.neto@unesp.br

Exercendo uma curiosidade feminista sobre as desigualdades de gênero no mercado de trabalho: lutas históricas e desafios atuais

Maria Eduarda Kobayashi Rossi*

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a desigualdade salarial entre homens e mulheres é um problema enfrentado em todo o mundo[1]. Nos [Estados Unidos](#), a média da diferença salarial é de 18%, já nos países da [União Europeia](#), esse número é de 12,7%. Na América Latina, a desigualdade salarial também persiste, e no Brasil, em especial, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) mostram que as brasileiras recebem, em média, [78% do salário dos homens](#), representando uma diferença de 22%. Neste primeiro de maio, em que se comemora o Dia do Trabalhador, trazemos uma contextualização acerca da entrada das mulheres no mercado de trabalho e alguns dos desafios atuais. Ademais, ao praticar uma curiosidade feminista[2], influenciada por Cynthia Enloe (2004, 2014), buscamos olhar criticamente para a condição das mulheres no ambiente laboral, e as dinâmicas de poder que permitem a perpetuação da desigualdade até o presente.

O Dia do Trabalhador é uma data comemorada internacionalmente, e a história de sua criação está relacionada ao início uma grande greve nacional, iniciada no dia 1 de maio de 1886 em Chicago, nos Estados Unidos da América (EUA), visando promover a redução jornada de trabalho para oito horas diárias. Os protestos, organizados por sindicatos e estimuladas por anarquistas, foram reprimidos pela polícia. Além da disseminação da violência direta sobre a população, destaca-se, também, a condenação de cinco sindicalistas anarquistas à força. Um deles se suicidou na prisão, e os demais foram enforcados em 11 de novembro de 1887, cuja data ficou conhecida como “Revolta de Haymarket”.

Exercendo uma curiosidade feminista, cabe-nos questionar: onde estão as mulheres nessa história? Embora seus nomes não ganhem destaque na origem da data, é importante lembrar que as mulheres desempenharam uma função ativa e essencial nas lutas sociais (em especial, no movimento antiescravista) dos EUA, cuja participação foi fundamental para organizar campanhas pela garantia de direitos às mulheres anos mais tarde (DAVIS, 2004). Como destacado por Angela Davis: “[n]o final da década de 1820, muito antes da Convenção de Seneca Falls, celebrada em 1848, as mulheres trabalhadoras começaram a organizar manifestações e greves protestando ativamente contra a dupla opressão que sofriam como mulheres e como trabalhadoras industriais” (DAVIS, 2004, p. 63, tradução nossa). No Brasil, as mulheres exerceram um papel importante no movimento negro (GONZÁLEZ, 2021), bem como na luta contra a ditadura cívico-militar. Segundo Célia Pinta (2003), os grupos feministas cresceram nas décadas de 1970 e 1980, e neles participavam principalmente mulheres de classe média e operárias. A criação de tais grupos, principalmente nas capitais, foi impulsionada por mulheres intelectuais de esquerda.

Ao olhar para a evolução do movimento feminista, a socióloga argentina Dora Barrancos (2022) lembra-nos que as hierarquias de gênero, cujas consequências são manifestas, dentre muitas outras formas, na desigualdade de salários entre homens e mulheres, foi construída e reforçada historicamente, baseada na criação de papéis de gênero. Como destacado por Connell (2015, p. 32), a partir da noção da diferença entre os dois sexos biológicos são criadas imagens de gênero e, em consequência, padrões sociais que promovem a subalternização de determinados corpos, influenciando, inclusive, as escolhas profissionais[3]. As mulheres são associadas à passividade e ao amor, sendo-lhes delegadas tarefas domésticas e de cuidado, bem como empregos menos valorizados e o trabalho não remunerado no lar. Em contrapartida, aos homens são associados à imagem de força, agressividade e responsabilidade e, em consequência, são delegadas tarefas relacionadas à arena pública, à tomada de decisão, defesa e aos cargos de liderança.

No período da Revolução Francesa, as mulheres nem sequer eram consideradas cidadãs plenas e, por isso, não possuíam direitos civis e políticos – fato que incentivou a criação dos movimentos sufragistas. Há duas décadas, a grande maioria das mulheres não podia ingressar no mercado de trabalho exercendo tarefas que não fossem de cuidado e serviços gerais, como a limpeza dos espaços. Com o passar do tempo, houve um crescimento histórico do número de mulheres no mercado de trabalho e, inclusive, ocupando altos cargos de liderança, entretanto a lacuna salarial persiste, principalmente pelo fato de que as mulheres continuam ser super-representadas em empregos vulneráveis[4].

A noção de “empregos vulneráveis” engloba: trabalhos não remunerados (como os trabalhos domésticos e de cuidado, que discutiremos a seguir), trabalhos com menos horas, trabalhos pouco remunerados e trabalho sem proteção social. Silvia Federici (2019a, 2019b), uma das principais referências do [feminismo marxista](#), denuncia em suas obras como as mulheres estão na base de sustentação de um sistema capitalista desigual, cruel e violento, o qual se aproveitou (e se aproveita) do trabalho doméstico não pago para a sua expansão. Esse tipo de trabalho é entendido, pela autora, como “a violência mais sutil que o capitalismo já perpetuou contra qualquer setor da classe trabalhadora” (FEDERICI, 2019b, p. 12). A violência é dita sutil porque o sistema capitalista se aproveitou das normas e papéis de gênero, presentes no imaginário da sociedade, para reafirmar a ideia de que tais tarefas não representam um trabalho, mas apenas um ato de amor natural à feminilidade.

Um exemplo atual da sobrecarga das mulheres em muitas horas de trabalho ficou evidente durante a pandemia de covid-19, em que coube a elas exercer, para além de seus trabalhos, as tarefas de cuidado, tendo sua jornada de trabalho ampliada exponencialmente. Tal fato levou, no espaço científico, à diminuição da produção acadêmica das mulheres, em especial àquelas que são mães, isso fica evidente na pesquisa [Parent in science](#). Em adição, de acordo com os dados da CEPAL (2021), as mulheres ocupavam as posições de maior risco de exposição e contaminação, como no comércio e na área da saúde. O documento também mostra que as mulheres exerceram o triplo do trabalho não remunerado em comparação com os homens nos países da América Latina.

Importa destacar, ainda, que a desigualdade salarial está entrelaçada com outros marcadores sociais, tais como a classe e a raça. [Conforme o IBGE \(2022\), a porcentagem de pessoas negras ocupando cargos de gestão é de 29,5%, enquanto a população branca ocupa 69%](#). Isso se deve à desigualdade de oportunidades alinhada a um problema estrutural: o racismo. Carolina Maria de Jesus é um exemplo de mulher trabalhadora e periférica que sentiu, em seu cotidiano, o peso da desigualdade social que permanece como um problema na sociedade brasileira. No livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, Carolina Maria de Jesus (1992) conta as dificuldades sentidas em seu cotidiano como mãe, catadora de lixo e moradora da favela do Canindé, na cidade de São Paulo, denunciando problemas sociais como a fome e a inação do Estado em garantir, principalmente, os direitos econômicos, sociais e culturais dessa população. Antes de mudar-se para São Paulo, a autora viveu em Minas Gerais e, assim como sua mãe, foi empregada doméstica. Vale ressaltar que a literatura brasileira está repleta de exemplos, evidentes, em especial, na poesia como forma sensível de tocar a experiência humana, da subjugação das mulheres negras, seja no mercado de trabalho público ou no âmbito doméstico.

Nos estudos de Segurança Internacional com foco nos indivíduos trabalha-se a questão da segurança humana, a qual está baseada na ideia de que os seres humanos devem ser livres do medo (freedom from fear), ou seja, das ameaças que possam ferir a sua integridade, e das necessidades (freedom from want) (DUFFIELD, 2005). As questões de segurança e intervenções internacionais, principalmente após os anos 2000, passaram a carregar um forte nexos com as questões de desenvolvimento, em perspectiva ampliada, na qual se defende a busca pela expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam (SEN, 2001), de modo a proteger as pessoas da violência direta e oferecendo-as oportunidades para poderem desenvolver suas capacidades e viverem a vida que almejam viver (ou seja, conforme os princípios que são caros a cada pessoa). Diante destas questões, cabe-nos destacar, tendo exercido uma curiosidade feminista, que a segurança humana, atualmente, não é uma condição desfrutada por todas as pessoas em todo o mundo, principalmente pelas mulheres racializadas e migrantes nas periferias tanto do Sul quanto do Norte global, que vivem em uma situação estrutural marcada pela insegurança.

Ainda que a Organização das Nações Unidas (ONU) tenha proposto, dentro do escopo da Agenda 2030, a igualdade de gênero enquanto um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que devem ser garantidos pelos Estados às comunidades, os dados apresentados ao longo do texto são uma evidência de que a desigualdade persiste. Tendo isso em mente, esperamos, por fim, que este Dia do Trabalhador seja uma data para tomar consciência de que ainda há muito a fazer para que a igualdade de gênero, em especial no mercado de trabalho, saia da teoria e se concretize, na prática, para todas as pessoas do mundo. O alcance deste objetivo, porém, não é tarefa fácil, pois pressupõe a mudança das relações de poder que estão na base de funcionamento da dinâmica internacional capitalista, como evidenciado por Federici.



Imagem: A lacuna salarial de gênero no mundo do trabalho.
Por: [Organização Internacional do Trabalho \(OIT\)](#).

Notas:

[1] Para mais informações sobre a diferença de gênero no mercado de trabalho, sugerimos a consulta aos dados organizados pela OIT, os quais estão disponíveis no link: <Referências>. Acesso em 25 de abril de 2023.

[2] O exercício da curiosidade feminista, segundo Enloe, busca analisar a realidade social e, questionar as normas naturalizadas, percebendo as dinâmicas de poder que promovem a desigualdade de gênero.

[3] No que se refere a este tema, em Portugal, lugar de onde a autora escreve, pesquisadores do Centro de Estudos Sociais (CES), em conjunto com diversas instituições parceiras, estão desenvolvendo o projeto “Igual-Pro: as profissões não têm gênero”, que busca questionar e desconstruir os estereótipos de gênero relacionados às distintas profissões no mercado de trabalho e áreas de estudo. Os avanços do projeto podem ser acompanhados pelo site ([Referências](#)), e os próximos relatórios serão divulgados no em breve. Tatiana Moura e Tiago Rolino, que estão a frente dessas atividades, são boas referências para aqueles(as) que se interessam pelos estudos de gênero e masculinidades.

[4] Nosso entendimento acerca da definição de “empregos vulneráveis” segue os princípios da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Mais informações podem ser encontradas em: <[Referências](#)>. Acesso em 25 de abril de 2023.

Referências

BARRANCOS, Dora. *Historia mínima del feminismo en América Latina, México, COLMEX*, 2020.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Boitempo Editorial, 2016.

DE JESUS, Carolina Maria. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. Editora Ática. 10 edição. 1992. Disponível em: <<https://dpid.cidadadpg.sp.gov.br/pde/arquivos/1623677495235-Quarto%20de%20espejo%20-%20Maria%20Carolina%20de%20Jesus.pdf.pdf>>. Acesso em 30 de abril de 2023.

CEPAL. *Brechas de género en el mercado laboral y los efectos de la crisis sanitaria en la autonomía económica de las mujeres*. 2021. Disponível em: <https://www.cepal.org/sites/default/files/presentations/presentacion_aguezmes_180121.pdf>. Acesso em 30 de abril de 2023.

CONNELL, Raewyn. *Gênero: uma perspectiva global*. nVersos Editora, 2015.

DUFFIELD. *Human Security: Linking Development and Security in an Age of Terror*, 2005. Disponível em: <http://members.chello.at/intpol_gkc4/Duffield%202005b.pdf>. Acesso em 30 de abril de 2023.

ENLOE, Cynthia. *Bananas, beaches and bases: Making feminist sense of international politics*. University of California Press, 2014.

ENLOE, Cynthia. *The curious feminist: Searching for women in a new age of empire*. University of California Press, 2004.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva*. Editora Elefante: Coletivo Sycorax, 2019b. Disponível em: http://coletivosycorax.org/wp-content/uploads/2019/09/CALIBA_E_A_BRUXA_WEB-1.pdf

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Editora Elefante: Coletivo Sycorax, 2019a. Disponível em: http://coletivosycorax.org/wp-content/uploads/2019/09/Opontozerodarevolucao_WEB.pdf

GONZÁLEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Zahar Editora, 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Desigualdade social por cor ou raça no Brasil*. 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf>. Acesso em 30 de abril de 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil*. 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf>. Acesso em 30 de abril de 2023.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. InfoStories. *The gender gap in employment: What's holding women back?*. 2022. Disponível em: <<https://www.ilo.org/infostories/en-GB/Stories/Employment/barriers-women#intro>>.

PINTO, Célia. *Uma história do feminismo no Brasil*. Fundação Perseu Albramo, 2003. pp. 40-66.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Editora Companhia das letras, 2018.

***Maria Eduarda Kobayashi Rossi** é graduanda em Relações Internacionais pela UNESP. Pesquisadora do Iaras- Núcleo de Estudos de Gênero do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (Iaras-GEDES). Pesquisadora bolsista FAPESP (processos 2021/04480-3 e 2022/01182-4).

Entrevista com a professora Patricia Borelli sobre tecnologias de segurança

Patrícia Borelli e Lívia Peres Milani*

Lívia Milani: Olá todos e todas sejam bem-vindos. Eu sou Lívia Milani e hoje vamos realizar uma entrevista com a Professora Doutora Patrícia Borelli. Essa entrevista faz parte de um projeto de pesquisa realizado pelo GECEF (Grupo de Elaboração de Cenários e Estudos de Futuro), vinculado aos GEDES (Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional). Essa pesquisa é realizada também no âmbito da Rede PAET&D (Rede de Pesquisa em Autonomia Estratégica, Tecnologia e Defesa) que foi constituída sob PROCAD-DEFESA (Edital nº 15/2019), financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Essa entrevista faz parte de um processo de reflexão sobre como as tecnologias de segurança irão impactar a democracia e a autonomia estratégica do Brasil até 2048. Patrícia Borelli é doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/ PUC-SP) e é professora do curso de relações internacionais da FACAMP. Na tese de doutorado, ela discutiu o capitalismo de vigilância, principalmente a partir de uma análise do 5G. Seja muito bem-vinda Patrícia, obrigada pela sua disponibilidade em participar dessa conversa, é muito bom contar com você, é uma honra ter você aqui. Para iniciar, você poderia falar um pouco sobre você e sua pesquisa?

Patrícia Borelli: Obrigada, Lívia. Eu agradeço o convite do grupo e da Lívia por tirar um tempinho aqui para me ouvir falar sobre tecnologias. Como a Lívia muito bem já colocou eu sou professora no curso de relações internacionais da FACAMP e recentemente defendi minha tese que fala um pouco sobre o 5G na perspectiva das Relações Internacionais. Acredito que é por isso que estou aqui hoje para falar um pouco de como as tecnologias se inserem nessa discussão de relações internacionais, principalmente pensando a discussão sobre autonomia estratégica. A minha curiosidade veio um pouco da rivalidade entre China e Estados Unidos em torno do 5G, mas acabei vendo que vai muito além daquela disputa tecnológica que estamos acostumados, da Guerra Fria e de muitos outros desdobramentos. Eu fico feliz de poder contribuir com a discussão, obrigada.

L: Muito obrigada, Patrícia. Então, para entrarmos no conteúdo da entrevista eu queria pedir para você falar um pouco sobre o que são tecnologias de segurança. Como podemos definir esse termo? O que pode ser incluído nessa categoria? Se você puder, seria interessante comentar um pouco sobre quais os impactos que esse tipo de tecnologia pode ter sobre a democracia.

P: Pergunta muito difícil, quando eu recebi fiquei pensando como que eu ia responder. É difícil definir tecnologia de segurança, porque precisamos pensar o que é segurança e, principalmente, o que seria a ameaça, já que a segurança relaciona-se com a preocupação com uma ameaça. Então, temos que pensar se a segurança vai ser a tentativa, o projeto de contenção de uma ameaça, como aplicar a tecnologia para esse fim. Sabemos que a tecnologia não é algo neutro, um objeto, um instrumento neutro, ela vem carregada de valores, vem carregada de intenções, mas precisamos pensar na aplicação da tecnologia que é o ponto aqui da discussão. Quando estamos falando de tentar conter ameaças, em que ameaças estamos pensando? E teremos inúmeras tecnologias para esse fins, que podem ir desde armamentos mais pesados, podemos falar também de drones, de armamentos autônomos.

Em minha pesquisa, eu trago a discussão para tecnologias digitais e fica mais difícil definir se é uma tecnologia de segurança ou não. Se estamos falando de tentar conter ameaças, o que é ameaça? Rastrear essa possível ameaça, é viável? É aceitável? Ficamos então numa linha muito tênue, principalmente com tecnologias digitais, que são nossos computadores, nossos smartphones e dispositivos inteligentes que usamos no dia a dia e que criam um rastro digital e isso pode ser utilizado para contenção de ameaças. Quando é alguém é preso, por exemplo, não é à toa que a gente vê a quebra de sigilo, pedem para ler WhatsApp, etc. Isso faz de celulares e computadores tecnologias de segurança? É esse um pouco do raciocínio que eu proponho, a dificuldade de definir e como tecnologias do nosso dia a dia podem ser encaixadas também nessa categoria. As câmeras de vigilância, distribuídas em centros urbanos, em transporte público, são para segurança? Normalmente isso vem já atrelado com discurso de conter criminalidade, de garantir o bem-estar do cidadão, mas ao mesmo tempo todos são rastreados e, de certa forma, vigiados. Não tem como foco esse alvo somente, todo mundo passa e é identificado, via reconhecimento facial, para uma possível contenção de uma ameaça.

Se essa pergunta já era difícil, a próxima é ainda mais. Como isso pode impactar a democracia? A partir disso vem a discussão e o raciocínio do lado político da definição de ameaça. Então, o que será a ameaça? Os movimentos sociais são uma ameaça à segurança? Então, vamos rastrear ativistas de movimentos sociais? Isso nos dá direito a uma quebra de privacidade? Todas essas questões elas vêm à tona, então

você se expressar em redes sociais ou se manifestar apoiando movimentos sociais te torna parte da ameaça? Então, a pergunta talvez seja menos de qual instrumento utilizamos para esse fim, mas como pensamos segurança e ameaça, e, posteriormente, os instrumentos que estamos utilizando, se isso é aceitável ou não. Eu chamo atenção para tecnologias digitais porque é um uso rotineiro nosso e pode ser direcionado para esse fim, vamos aceitar isso? Vou deixar essa reflexão aqui no ar porque é uma reflexão difícil.

L: Excelente! Penso que você contribuiu muito em pensar como essas tecnologias impactam a democracia, como isso tem muito a ver com o próprio entendimento de segurança e o fato de que potencialmente todos são vigiados e rastreados, o que tem impactos muito significativos sobre a democracia como entendemos agora. Pensando um pouco para o futuro, você percebe dobramentos desse processo nos próximos 25 anos? Como você vê os próximos 25 anos? Nessa questão de relacionar tecnologias digitais, tecnologias de segurança com a democracia.

P: Eu acho que felizmente estamos criando uma consciência sobre o uso dessas tecnologias, para quais fins elas são utilizadas e isso tem crescido muito, a discussão do direito à privacidade também tem ganhado força. Talvez se isso se difundir mais pela sociedade, se for parte do debate político, se for parte das demandas que vamos ter daqui para frente na esfera política, então talvez isso nos ajude a fazer um uso mais consciente das tecnologias. Essas questões começaram a vir à tona, para a sociedade civil, recentemente, depois do caso Snowden que teve uma repercussão. Contudo, no campo de Relações Internacionais, e do meu ponto de vista, não gerou a preocupação necessária. A preocupação deveria ter despertado muito mais estudos e demandas do nosso campo, porque no campo de direitos humanos e em outros campos teve uma reação grande, direito à privacidade, a privacidade digital deriva um pouco desse episódio.

Então, penso que o rumo dessa discussão impactará a democracia daqui para frente e se teremos espaço para isso, porque muitas vezes as tecnologias digitais têm sido aliadas dos governos e dos Estados. Por exemplo, o governo de São Paulo e o uso que faz de tecnologias de vigilância, em metrô e etc. Também tem um alinhamento com as empresas. Penso que vai depender muito da sociedade civil, de como vamos encarar esse movimento, se aceitaremos e como traremos essa demanda. É um movimento de resistência mesmo, então eu acho que vai um pouco nessa direção, esses desdobramentos para os próximos 25 anos. Tanto o papel da sociedade civil em levantar essas demandas e pressionar empresas e governos para saber para onde os dados estão indo, o que é feito com esses dados, se temos que fornecer esses dados dessa forma e também na abertura que teremos no debate político para introduzir essas demandas.

Acho que a preocupação é que estamos numa conjuntura em que talvez essa não seja uma das principais demandas, a fome está crescendo, ainda há uma onda de pandemia silenciosa, a economia está em crise, que só vem se intensificando. Estamos perdendo espaço e as digitais tecnologias vão se difundindo, com a proposta que em pouco tempo já tenhamos dispositivos inteligentes no âmbito doméstico, cidades inteligentes e mais. Estamos um pouco atrasados nesse debate, mas ele está aí, só cabe reforçarmos.

L: Perfeito, Patrícia. Trazendo a discussão um pouco para o Brasil, como você percebe a posição do Brasil no que se refere a essas tecnologias? Seria uma posição de autonomia ou de dependência?

P: Eu acho muito difícil, em termos de tecnologias digitais, falar em autonomia. Nós temos tecnologias que vem de fora e que são utilizadas no nosso dia a dia, não só no nosso dia a dia doméstico, mas, por exemplo, nas próprias universidades. Esse debate foi muito levantado. Quando veio a pandemia, em 2020, as Universidades quase que automaticamente migraram para o Meets e utilizaram serviços do Google, e o Google estava oferecendo Drive ilimitado para armazenar pesquisa. Pesquisas que são estratégicas para o Brasil e isso tudo armazenado no serviço de nuvem dos Estados Unidos, então eu acho complicado falar em autonomia quando temos basicamente um monopólio, um oligopólio, de grandes empresas de tecnologia que dominam serviços que se tornaram do nosso dia a dia. É muito difícil não usarmos o Google hoje, isso não impacta na nossa autonomia? O Brasil tem condições de criar algum serviço digital que consiga competir com o Google? A China tem feito isso, e apanhando muito, mas tem conseguido, ainda não está à altura talvez porque não tenha tanta difusão como tem as empresas dos Estados Unidos, que tem incomodado, com concorrência os serviços digitais dos Estados Unidos. E nos assustamos quando se fala “nossa mas é uma empresa chinesa” e não temos essa reação quando é uma empresa dos Estados Unidos.

Para o Brasil ter condições de competir a altura com essas empresas, entra na questão da autonomia e, pensando nos sucessivos cortes em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, os investimentos no campo da ciência no Brasil, deve ficar cada vez mais difícil. De novo, em termos de tecnologias digitais é muito difícil falar em autonomia, principalmente, porque pensando a discussão do próprio 5G são tecnologias construídas numa dinâmica de governança, não tem um 5G da China, um 5G dos Estados Unidos, eles estão construindo essa tecnologia em conjunto. O que é estranho, a partir do que a gente costumava ver no jornal, o 5G da China, mas eles não estão propondo redes opostas, estão juntos competindo na criação de uma rede conjunta, de uma tecnologia conjunta. Qual a participação do Brasil? Inclusive o consórcio que estabelece as especificações técnicas para o desenvolvimento de redes móveis, que é o caso do 5G, esse consórcio tem como sigla 3GP, ele é responsável por

desenvolver redes móveis desde o 3G, por isso o nome 3GP. E quase não tem empresas da América Latina, acho que tem apenas uma empresa da América Latina no consórcio. Quem domina são empresas, instituições de pesquisas, órgãos governamentais da América do Norte, da Europa e da Ásia. África e América Latina quase não tem participação no consórcio, e a gente não vai implementar o 5G? Isso vai trazer um atraso tecnológico gigantesco, um impacto econômico gigantesco.

Esses são desafios que temos que pensar na governança dessa tecnologia daqui para frente e como se inserir de uma forma estratégica. Acredito que tenha ficado para trás essa lógica de que temos que ter uma tecnologia fechada e própria, autônoma, mesmo a China já deixou esse pensamento para trás. A China, na época do 3G, criou o 3G meio que próprio, que contava com a participação de empresas estrangeiras, mas eram de um padrão chinês. Já no 5G a China não está com esse raciocínio, é como participar da construção, por meio da governança, dessa tecnologia conjunta, então cabe ao Brasil pensar em como se inserir nessa lógica de governança das tecnologias digitais. É de fato muito difícil quando existem empresas como o Google, Amazon, Facebook, Microsoft, principalmente, como atores de peso nesse processo. Então fica o desafio para a gente pensar mesmo.

L: Perfeito, Patrícia. Pensando nos próximos 25 anos, ainda na posição brasileira, você consegue ver possibilidades de transformação dessa posição brasileira mais marcada pela dependência?

P: Outra pergunta difícil. Talvez, o que determinarmos como plano estratégico, principalmente no campo de ensino, pesquisa, ciência e tecnologia, para o Brasil daqui para frente. Mas eu acho que cabe esse raciocínio, essa reflexão, de pensar o que é autonomia nessa lógica de interdependência hoje. O que que estamos falando em termos de autonomia? Como o Brasil pode se inserir de uma forma mais estratégica? Eu acho que cabe mais essa reflexão, de que não estamos mais numa conjuntura em que faz sentido ter uma tecnologia própria, um controle total do processo tecnológico, mas estamos em uma conjuntura em que os Estados, os atores, de maneira geral constroem juntos as tecnologias. E como o Brasil vai se inserir nessa lógica é a chave. A experiência da China é muito interessante, como eles saíram de uma posição de bastante resistência ao uso de tecnologias estrangeiras para se tornarem um ator que hoje está dando as cartas, estabelecendo os padrões técnicos, está crescendo em termos de que de muitas pessoas hoje tem aparelhos chineses, já usam tecnologias chinesas, aplicativos chineses - o Tiktok está aí para mostrar isso. Mas junto dessa reflexão, não é só o Brasil se encaixar nesse processo, é pensarmos, nós que usamos dessa tecnologia também. Porque voltamos na pergunta sobre a democracia, se tomarmos exemplos de uso dessas tecnologias para a vigilância, queremos participar desse processo? Cabe também essa reflexão do que o Brasil quer, se é participar dessa dinâmica como um ator competitivo relevante mas mantendo a mesma

dinâmica, que não respeita a privacidade de dados, que usa dados para fins que os próprios usuários desconhecem? Então talvez seja mais interessante pressionar o Brasil para ser um ator que reforça essa preocupação com privacidade digital, que reforça a preocupação de qual uso que estamos fazendo da tecnologia, é um pouco o que se vê na União Europeia.

A União Europeia tem uma posição muito mais de resistência ao uso de tecnologia e mesmo assim apanha. Agora, existe essa opção de tirar os cookies e isso é um movimento que vem um pouco da União Europeia. Mas a comodidade interfere - pois a mensagem pulando na tela incomoda, e aí, aceitamos tudo. Então, pode ser interessante também o Brasil criar essa posição de resistência, de pensar como estamos usando essas tecnologias que vem de fora e como queremos nos inserir enquanto um ator nesse jogo.

L: Ótimo, ficou muito clara e muito interessante sua problematização sobre o próprio conceito de autonomia, sobre o que significa autonomia, e também sobre quais são as vantagens para o Brasil desenvolver ou mesmo utilizar esse tipo de tecnologia. Então, para finalizar, Patrícia, eu queria pedir para você fazer suas considerações finais e caso tenha algum ponto que você queira reforçar, ou que você acha que devemos ficar atentos com relação aos desenvolvimentos futuros dessas questões, aqui é o espaço para fazer essas considerações.

P: Combinado, Livia. A maior consideração foi um incômodo que surgiu junto com a pesquisa da tese. Quando estamos discutindo tecnologia e segurança ou tecnologia e relações internacionais, as tecnologias de uso diário, tendemos a desconsiderar. Em Relações Internacionais se fala muito de tecnologias nucleares, armas nucleares, grandes armamentos, discutimos caças no GEDES, submarinos e tudo mais. Porém, as Relações Internacionais dão pouca atenção aos computadores, e é a tecnologia que mais usamos, sem ela não estaríamos aqui. Eu acho que está na hora de olharmos um pouco mais para essas tecnologias, que se tornam quase banais, de tanto que usamos, e refletir sobre os impactos dela. É isso que o 5G chama atenção, porque teve essa tensão entre China e Estados Unidos em torno de uma tecnologia de rede móvel, não teve 3G, 4G e de repente temos. É preciso pensar que essa é uma nova infraestrutura que veio para ficar e que vai determinar grande parte da economia, da nossa dinâmica social, política, daqui para frente e não podemos virar as caras para isso, porque justamente por ser de uso cotidiano eu acho que precisávamos dar mais atenção.

Então, mesmo nas discussões de segurança, pensar nesses termos, e um assunto que me chamou muita atenção durante a pesquisa e que eu gosto de ler bastante, que cabe também essa reflexão sobre autonomia, são esses usos da tecnologia digital que a gente não vai associar diretamente com uma questão de segurança, mas que acabam tendo impactos diretos sobre a população.

O assunto que me chamou atenção foi o uso dessas tecnologias na agricultura e pensando a posição do Brasil como produtor de alimentos, qual é o impacto de transferir dados sobre o campo, sobre agricultura, com serviços oferecidos por empresas de tecnologias estrangeiras. Tem tanto esse impacto estratégico para o Brasil, mas principalmente pensar os impactos dessa nova - quase uma nova revolução no campo - agricultura inteligente, a revolução digital no campo, qual o impacto disso também para as pessoas, para os pequenos produtores e tudo mais. E isso também é uma questão de segurança alimentar, mas também a posição que o Brasil vai ter nesse campo de produção de alimentos e da segurança das pessoas, que no fim é o que deveria interessar mais. Então deixo essas reflexões para quem tiver curiosidade.

L: São ótimas reflexões e agora no final você mostra, inclusive, o quanto é importante pensar sobre isso, até para refletir sobre um dos principais temas do Brasil contemporâneo, que é exatamente a questão da fome, da segurança alimentar. Foi excelente, foi uma entrevista bastante abrangente, você trouxe vários pontos para refletirmos no âmbito deste projeto de estudos de futuro. Eu queria te agradecer mais uma vez, pelo seu tempo, pela sua dedicação e por todos esses pontos que você trouxe para a análise. Até mais, até a próxima.

P: Obrigada, Lívia. Até mais, tchau.

L: Tchau



[Link para a entrevista](#)

* Lívia Peres Milani é doutora e mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP), onde atualmente realiza pesquisa de Pós-Doutorado vinculada ao projeto Capes Print - Rede Development, International Politics and Peace (DIPP).

Patrícia Borelli é doutora em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP) e professora da FACAMP.

Transcrição: Ríllari Ferreira Castro e Silva, mestrande em Relações Internacionais e bolsista CNPq pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG/Campus SVP).

Esta entrevista foi levemente editada para facilitar a compreensão.

Entrevista com a professora Patrícia de Oliveira Matos sobre tecnologias de segurança

Patrícia de Oliveira Matos e Vitória Guimarães*

Vitória Guimarães: Sejam Bem-vindos. Meu nome é Vitória Guimarães, eu sou doutoranda no Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). Sou membro do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) e da Rede de Pesquisa em Autonomia Estratégica, Tecnologia de Defesa (PAET&D). Essa entrevista faz parte de um projeto de pesquisa realizado pelo Grupo de Elaboração de Cenários e Estudos de Futuro (GECEF), vinculado ao GEDES. Essa pesquisa é realizada no âmbito da rede de pesquisa PAET&D, constituída sobre o PROCAD-Defesa no Edital nº15 de 2019, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Estamos iniciando um processo de reflexão sobre como as tecnologias de defesa e de segurança irão impactar a democracia e a autonomia estratégica do Brasil até 2048. Para contribuir para essas reflexões, nós convidamos alguns pesquisadores e especialistas para conversarem conosco. Hoje vamos ter o prazer de conversar com a professora Patrícia de Oliveira Matos, professora da Universidade da Força Aérea (UNIFA). A professora Patrícia é Doutora em Ciências Aeroespaciais pela UNIFA e é membro da Rede PAET&D. Possui mestrado em Economia Aplicada, pela Universidade de São Paulo, e graduação em Ciências Econômicas, pela Universidade Federal de Viçosa. Atualmente é doutoranda em Economia Política Internacional, na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Olá, professora Patrícia Matos, obrigada pela sua disponibilidade em participar desse ciclo de conversas e por ter aceito nosso convite tão gentilmente. Então, para iniciarmos, eu queria saber se você poderia falar um pouco sobre você e se apresentar para o nosso público.

Patrícia de Oliveira Matos: Boa noite, Vitória, boa noite a todos. Obrigada pelo convite. É um prazer estar aqui com vocês. Como você disse, eu sou economista, sou professora da UNIFA.

Eu trabalho na UNIFA no programa de pós-graduação em Ciências Aeroespaciais, na área de Economia de Defesa e faço pesquisa na área de Projetos Aeroespaciais, Indústria de Defesa, Orçamento de Defesa. Recentemente eu tenho me dedicado mais a pesquisas no campo do setor espacial, dentro da minha pesquisa em andamento na UFRJ, na área de Política Internacional, Economia Política Internacional. Estou muito feliz e agradecida pelo convite para participar da entrevista.

V: Agora, para entrarmos um pouco no tema da nossa pesquisa, quando nós falamos sobre tecnologia de segurança, o que você entende que pode ser incluído nessa categoria, na sua compreensão?

P: O termo “tecnologias de segurança” é bem abrangente. Quando a gente pensa em tecnologias de segurança, a gente tem que considerar as duas dimensões da segurança: Segurança Interna, que está relacionada à segurança pública, atuação das polícias, e a Segurança Externa, que está ligada a Segurança Internacional e à atuação das Forças Armadas.

Então, as tecnologias de segurança seriam todas as tecnologias que vão impactar, tanto a atuação do âmbito da segurança interna, quanto na Segurança Internacional. Nesse aspecto, poderíamos incluir desde os equipamentos mais tradicionais como, por exemplo, submarinos nucleares, blindados, aeronaves de caça, aeronaves de transporte, até plataformas mais contemporâneas como, por exemplo, os veículos aéreos não tripulados. Toda essa cadeia de produtos que incorporam tecnologia.

Essas plataformas incorporam tecnologias ligadas à área das TICs, Tecnologias da Informação e Comunicação, a área de Inteligência Artificial, a de Cibernética, a espacial, que está relacionada aos satélites, aos veículos de lançamento e também áreas como, por exemplo, a biossegurança, defesa química, biológica, radiológica, nuclear. São tecnologias que podem ter um cunho extremamente dual, de aplicação dual, e que afetam as duas dimensões da segurança.

V: E nesse sentido, como você percebe a posição de autonomia ou dependência do Brasil em relação às tecnologias atualmente?

P: Para a gente pensar na situação atual do Brasil em relação a essas tecnologias, temos que pensar na estruturação da indústria brasileira e na área de desenvolvimento científico tecnológico do país como um todo. Porque a indústria de segurança, ou a indústria de defesa, está inserida dentro desse contexto maior da indústria nacional. Então, todas as dificuldades estruturais que afetam a indústria nacional e a área de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil, vão também, certamente, afetar essas áreas.

No caso da indústria de defesa, por exemplo, observa-se que no Brasil ela teve o seu desenvolvimento marcado, principalmente, a partir dos anos 60 e dos anos 70, pelo cenário de política desenvolvimentista e de desenvolvimento industrial da época, e chegou a ter uma relevância externa importante, na década de 80. A indústria de defesa no Brasil chegou a estar entre as 10 maiores exportadoras de defesa, nos anos 80, porque havia tanto condições internas — uma política econômica desenvolvimentista, que incentivava os setores industriais como um todo, mas também o setor de Defesa e Segurança — e também um cenário externo no qual havia mercado para o tipo de produto que o Brasil produzia na década de 80.

Na década de 90, a gente vê o abandono de várias iniciativas desenvolvimentistas no Brasil, de política industrial, e também uma reversão na indústria de defesa e segurança. A partir dos anos 2000, tivemos uma tentativa de retomada da política industrial voltada para a área de defesa e segurança, a partir da Estratégia Nacional de Defesa, do Plano Brasil Maior, que incluía projetos da área de defesa, e do Plano Nacional de Desenvolvimento Produtivo. Então a gente teve a própria Estratégia Nacional de Defesa, que abordava a importância da retomada e da reorganização da base industrial de defesa no Brasil. Mas essas iniciativas no início dos anos 2000, acabaram sofrendo retrocesso, principalmente a partir de 2015, e isso está inserido dentro de todo esse cenário de dificuldades que a economia brasileira vem passando nos últimos anos e também de uma ausência de clareza na política industrial para as áreas de tecnologia mais avançada.

V: Então, agora, eu queria saber que tipo de transformações você imagina que podem ocorrer nessa posição em autonomia e independência nos próximos 20 anos.



P: Dada essa situação, se verifica que o país ainda não conquistou essa autonomia nesse histórico que eu comentei. Embora o país tenha conseguido constituir uma base industrial, constituir uma estrutura científica tecnológica, universidades, não conseguimos avançar para obter uma autonomia.

Agora, para os próximos 25 anos, o desempenho dessa área do setor de segurança vai estar, portanto, profundamente vinculado às políticas econômicas, industriais e de Ciência e Tecnologia, que os governos vão adotar para os próximos anos. Então, é preciso pensar se o Brasil vai se conformar em ser o mero comprador de tecnologias e exportador de commodities ou se vai, novamente, adotar políticas industriais de incentivo à áreas de tecnologia mais avançada. Isso vai depender do tipo de política que os próximos governos vão adotar.

A autonomia, vai estar, por sua vez, muito vinculada à questão estratégica, à questão da soberania. Então, os países que não investem nessa área, que não tem um Estado com uma política específica para essas áreas, não conseguem alavancar. Nenhum país do mundo desenvolveu áreas tecnologicamente avançadas, não só a de segurança, mas, por exemplo, a de saúde que, por sua vez, é outra que tem conexão com a área de segurança, mas nenhum país avança nessas áreas de alta tecnologia sem uma participação efetiva do Estado.

V: Muito interessante sua resposta. E agora eu queria saber como você percebe o impacto dessas tecnologias sob a democracia brasileira atualmente.

P: Como eu coloquei, a democracia também está muito vinculada ao conceito de soberania e de autonomia. Então, enquanto o país não avançar tecnologicamente nessas áreas, que têm impacto, por exemplo, sobre o controle não só estratégico e geopolítico, mas também vinculado ao próprio controle social, teremos uma democracia frágil. As tecnologias da informação, por exemplo, que são vinculadas à área de segurança, são dominadas por grandes empresas estrangeiras. Então se o país não detém a capacidade de desenvolver suas próprias tecnologias, torna-se dependente de decisões de empresas estrangeiras, dominadas por capital financeiro estrangeiro, e isso vai afetar as decisões nacionais. Ou seja, o controle que essas tecnologias estrangeiras, dominadas por empresas estrangeiras, podem ter sobre as decisões internas vão afetar a nossa capacidade de democracia também.

V: Obrigada. Então falamos um pouco sobre o contexto atual, como essas tecnologias podem impactar a democracia, mas agora eu queria saber: qual sua posição, como você imagina, que as atuais ou novas tecnologias de segurança vão poder impactar a democracia brasileira nos próximos 20 anos?

P: Da mesma forma, essas tecnologias já afetam a nossa democracia e, na medida em que tecnologias de segurança afetam o potencial geopolítico e a capacidade de dissuasão dos países, afetam a sua autonomia; se o país é dependente dessas tecnologias e opta por seguir polos geopolíticos externos e não por adotar uma política de criar e incentivar a autonomia nacional, possíveis impactos em 20 anos vão depender do tipo de política que vai ser adotado.

Nesse momento, a gente já tem uma democracia que é afetada pela nossa situação de dependência. Dependemos de empresas estrangeiras fornecerem insumos e tecnologias que são essenciais geopoliticamente para o país e estrategicamente, isso vai afetar a nossa democracia também. A democracia, como eu disse, é um conceito muito ligado à soberania. Por soberania, subentende-se também, a capacidade autônoma de tomar decisões.

V: Para concluir as nossas perguntas, eu queria saber se há algum ponto em particular, que você acredita que devemos ficar atentos, principalmente em relação aos desenvolvimentos futuros dessas questões que a gente conversou aqui um pouco hoje.

P: Essas tecnologias são fundamentais na atualidade, não tem como pensar atualmente em educação, transporte, comunicação, a própria área de medicina, controles ambientais sem, por exemplo, tecnologias ligadas à satélites, tecnologia da informação, comunicação, todas essas tecnologias que afetam a área de segurança. Porque, por exemplo, um navio, um satélite, um caça, incorporam essas tecnologias que, por sua vez, são fundamentais à vida cotidiana. Esse desenvolvimento tecnológico é fundamental para as sociedades, que não se mantêm mais sem determinadas tecnologias. Então na medida em que, como eu falei, nenhum país se desenvolve nessas áreas sem uma atuação efetiva do Estado, se não tivermos uma política industrial, e de Ciência e Tecnologia, que invista nessas áreas, vamos permanecer constantemente nessa situação de atraso

P: Eu posso citar dois exemplos, aqui bastante fortes: a área de semicondutores, com a Ceitec, que é uma empresa estatal, que está sendo liquidada nesses últimos anos - ao invés de receber mais investimento, enquanto o mundo inteiro está numa competição nessa área de semicondutores, a nossa única empresa está, praticamente, deixando de existir por falta de investimento, por falta de política industrial. Uma outra empresa importante para o Brasil, a AVIBRAS, que é uma empresa exportadora de mísseis — essa empresa, recentemente, entrou em recuperação judicial.

Então, a indústria de segurança e o desenvolvimento tecnológico do país vão depender de uma atuação estatal, de uma política de desenvolvimento industrial. Não adianta imaginar que essas áreas tecnológicas mais sofisticadas vão avançar sem uma política específica, e isso não aconteceu em nenhum lugar do mundo e, provavelmente, não vai acontecer no Brasil, se não houver uma determinação política neste sentido.

V: Muito obrigada. Queria novamente agradecer pela sua completa e brilhante análise. Foi um prazer estar conversando aqui hoje com você e tenho certeza que as pessoas vão ouvir e vão gostar bastante das suas contribuições e dessa análise que você apresentou aqui. Muito obrigada.



[Link para a entrevista](#)

* Vitória Guimarães é doutoranda no Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP), membro do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) e da Rede de Pesquisa em Autonomia Estratégica, Tecnologia de Defesa (PAET&D).

Patrícia O. Matos é professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Aeroespaciais da Universidade da Força Aérea (UNIFA), Doutora em Ciências Aeroespaciais pela UNIFA e Doutoranda em Economia Política Internacional pela UFRJ. Pesquisadora visitante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Programa Pró-Defesa IV e do Programa de Pesquisa Acadêmica em Defesa Nacional (Procad-Defesa) no Projeto "Incorporação de Tecnologia Aeroespacial para a Defesa" da Rede PAET&D.

Transcrição: Maria Eduarda Carvalho de Araujo, mestranda e bolsista CAPES no Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). Bacharela em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas).

Esta entrevista foi levemente editada para facilitar a compreensão.

Entrevista com o professor Alcides Perón sobre tecnologias de segurança

Patrícia Borelli e Alcides Perón*

Patrícia Borelli: Olá, sejam bem-vindos e bem-vindas. Meu nome é Patrícia Borelli e essa conversa de hoje é parte de um projeto de pesquisa realizado pelo Grupo de Elaboração de Cenários e Estudos de Futuro (GECEF), vinculado Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES). Essa pesquisa é realizada no âmbito da Rede de Pesquisa em Autonomia Estratégica, Tecnologia e Defesa (PAET&D) constituída sobre o PROCAD-Defesa do edital nº15 de 2019 financiado pela Capes. Estamos dando início a um processo de reflexão sobre como as tecnologias de segurança irão impactar a democracia e a autonomia estratégica do Brasil até 2048 e, para contribuir com essas reflexões, estamos convidando alguns pesquisadores e especialistas do tema para conversarem conosco.

Hoje vamos conversar com o professor doutor Alcides Peron que tem uma trajetória acadêmica desenvolvendo pesquisas na área de vigilância e novas tecnologias, guerra moderna e guerra cibernética, ciência e tecnologia e segurança e outros temas nessa área. Alcides, eu começo aqui agradecendo pela sua disponibilidade em participar desse ciclo de conversas. Para iniciarmos, vou pedir para o professor Alcides se apresentar e contar um pouco sobre a sua trajetória de pesquisa relacionada às tecnologias, por favor.

Alcides Peron: Olá, Patrícia e a todos. Espero que estejam todos bem. Muito obrigada pelo convite para fazer essa discussão aqui com vocês. Queria parabenizá-los pela iniciativa. É um tema super interessante, é urgente traçar esses cenários e essa discussão a respeito do impacto dessas tecnologias. Algo que, é importante dizer, há algum tempo atrás não era aviltado nos debates, nas pesquisas. A tecnologia era colocada como um elemento acessório de uma série de outras estratégias, da estratégia de segurança e defesa e [incompreensível] o status específico da tecnologia já demonstra o modo como as tecnologias têm impactado nossa vida cotidiana e fundamentalmente impactado questões de alta política de Segurança, Defesa e evidentemente de Segurança Pública.

Eu sou pesquisador também do GEDES, sou pesquisador do NEAI [Núcleo de Estudos e Análises Internacionais], do NEV [Núcleo de Estudos da Violência] e, atualmente, sou membro do conselho consultivo da Lavits, a Rede Latinoamericana em Vigilância, Tecnologia e Sociedade e sou professor na FECAP (Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado) há algum tempo. Eu venho desenvolvendo esses estudos sobre tecnologia talvez desde do final da minha graduação, início do meu mestrado.

Por conta da minha formação no departamento de política científica e tecnológica, eu entendo que cada vez mais as tecnologias são processos sociais. Aliás elas nunca deixaram de ser. Elas são constituídas enquanto processos sociais que explicam portanto a nossa realidade política. É impossível pensarmos na nossa sociedade sem considerar esse filão da sociedade que é justamente o desenvolvimento e o emprego dessas tecnologias, que muito reproduzem o nosso modo de agir, que muito influenciam o nosso modo de pensar. Atualmente com as tecnologias digitais, de ordem digital, temos notado que isso atinge diversas esferas de relacionamento: política, democrática e de diversas ordens. Mas eu já estava trabalhando nisso há algum tempo porque eu enxergava o profundo impacto que essas tecnologias tinham para a consecução de políticas de segurança, para a formação de novos sistemas de desenvolvimento econômico e fundamentalmente a importância que isso tem não apenas para o progresso econômico social, mas como esses progressos podem levar a questões sérias e até dúbias.

Ou seja, nem todo progresso tecnológico é também um progresso social. Há ali, intercorrências nesse progresso tecnológico que podem levar a profundas regressões sociais, a profundas regressões morais no ambiente nacional e no ambiente internacional, vide um conjunto de estudos que eu desenvolvi sobre drones, sobre sistemas de vigilância e que mostram esse lado um pouco nefasto também das tecnologias. Muitas vezes fui acusado de ser pessimista tecnológico. Mas alguém tem que ter esse papel de apontar um outro lado desse conjunto tecnológico, um lado não apenas pessimista, mas um lado que aponta a necessidade de regular, controlar e olhar eticamente para esse conjunto de tecnologias. Então essa tem sido a minha trajetória, de analisar o emprego de certas tecnologias de vigilância, de segurança em geral, de sistemas de armas, e observar os limites nos quais elas podem ser empregadas e a necessidade do seu controle. Então essa tem sido um pouco a minha luta no campo acadêmico.

P: Excelente, Alcides! Muito obrigada pela apresentação. Então para começar, eu vou passar aqui para uma outra pergunta, já encaminhando para o nosso foco da discussão. O que você entende por tecnologias de segurança? O que poderia ser incluído nessa categoria?

A: Eu não tenho um conceito evidentemente formado, muito bem organizado e fechado sobre tecnologias de segurança. É algo que eu venho tentando definir e observar em geral. Mas podemos começar a observar o conjunto de tecnologias de segurança como todas aquelas que visam de alguma forma conduzir a conduta das pessoas, organizar a conduta das pessoas de modo a produzir uma espécie de bem-estar. É uma definição por si só bastante ampla. Mas começa a trazer questionamentos que são importantes. Tradicionalmente, enxergamos a segurança como sendo algo necessariamente aplicado à Defesa, necessariamente aplicado ao enforcement policial ou militar da segurança, seja no âmbito interno ou no âmbito externo. Ou, cada vez mais essas coisas tem se misturado, que é como veremos daqui a pouco. Só que conforme eu fui me adensando nas leituras do Michel Foucault e de outros autores daquela época, que estão escrevendo entre a década de 60 e 70, eles estão analisando, e isso me impactou bastante e eu sei que impactou outros autores que hoje compõem os chamados Estudos Críticos da Segurança, começamos a ser influenciado por essa perspectiva porque a segurança não é só a excepcionalidade do law enforcement. Não só a geração do constrangimento físico moral promulgado por esses agentes de segurança. Ela é mais do que isso. Ela é um conjunto de tecnologias, de práticas, de discursos, de infraestruturas, de documentações, de diversas regulamentações e que visam de uma certa forma condicionar o comportamento humano para uma forma de comportamento considerada não desviante, ou pelo menos, normal.

Em outras palavras, as tecnologias de segurança seriam todas aquelas aplicadas para produzir uma espécie de norma de comportamento, uma normalidade de comportamento considerada adequada. Então para isso, temos que olhar não apenas para sistemas de armas autônomas que envolvem tecnologia de segurança, mas também para sistemas de vigilância, arquiteturas de segurança urbana que envolvem desde uma coisa básica como um muro até mesmo sistemas de alta tecnologia como sistemas de reconhecimento facial, catracas digitais, sistema de sensoriamento e etc. Porque são conjuntos de tecnologia que visam domar o comportamento e a forma pela qual a gente circula, a forma pela qual a gente pensa.

Evidentemente essas tecnologias também vão ter suas aplicações mais severas em termos de uma maior intrusibilidade no nosso dia a dia, como sistemas de espionagem como temos visto o sistema Pegasus da NSO israelense e outros sistemas como sistemas de drones, sistemas policiais de extração de dados celulares e etc. A gente vê que elas têm essas aplicações mais intrusivas, mas eu também quero chamar atenção para um conjunto de tecnologias que às vezes passam despercebidas, mas compõem o rol desse intuito tecnológico que surge principalmente depois da guerra global ao terror. Elas são importantes porque elas estruturam formas de comportamento, permitem a ampliação das formas de regulação social e essas formas de regulação social nos impactam de diversas maneiras. Por exemplo, essas mesmas tecnologias têm um apelo de vigilância e monitoramento no campo da circulação pública, elas também têm aplicações para coleta de dados, coleta de informações, produção de perfis e produção de saberes sobre o nosso comportamento.

A segurança, assim como o pessoal dos Estudos Críticos de Segurança têm apontado, está muito mais orientada hoje em dia e cada vez mais se orienta por uma regulação do cotidiano, por formas tecnológicas, sistemas e práticas que muitas vezes escapam do nosso olhar, mas regulam nosso cotidiano e quanto mais se diluem no cotidiano menos percebemos o modo como somos condicionados a operar de uma maneira considerada segura. A segurança portanto está alinhada à produção do chamado bem-estar, aliada portanto a produção de uma racionalidade comportamental comum. Então eu olho para essas tecnologias dessa forma. Eu olho para as tecnologias de segurança dessa forma, de um lado em termos de controle social e de outro muito mais inclusivas e severas. Então é uma definição bastante ampla e que necessariamente também é bastante utilitária porque me permite discutir sobre um monte de outras coisas e é nessa linha que eu vou, Patrícia.

P: Ótimo. E é importante. É amplo, mas é importante ter essa abertura para tirarmos aquela ideia de segurança restrita ao meio militar, então é uma contribuição bem importante. Nossa próxima pergunta é sobre a posição do Brasil. Como você percebe essa posição do Brasil em termos de autonomia ou dependência em relação a essas tecnologias hoje? Se você puder comentar um pouco as suas perspectivas, quais as perspectivas dessa posição para os próximos 25 anos agradecemos também.

A: Excelente. Um breve adendo ainda sobre a pergunta anterior. É importante dizer até porque você trouxe isso aqui agora e tinha escapado também da resposta. O que é notório porque eu faço essa discussão, sobre cada vez mais diluída entre a segurança interna e externa. Porque assim como o pessoal dos estudos críticos, é muito difícil hoje perceber o que é interno e o que é externo. Porque aqueles agentes que promovem - isso não permite também trazer uma questão para essa segunda pergunta - os agentes que promovem a circulação dessas tecnologias muitas vezes não são agentes locais, não são agentes internos dos países. Estamos falando de grandes empresas de tecnologia que participam da produção e da circulação dessas tecnologias e que cada vez mais tem papel ativo no gerenciamento da segurança dentro dos países. Essas tecnologias são produzidas por especialistas, por tecnólogos, por empresas privadas e promovidas por consultores de empresas transnacionais que cada vez mais influenciam na geração da segurança interna como externa. Considerando uma linha temporal nos últimos 30 anos, cada vez mais as empresas que produzem tecnologias para guerra e para conflitos internacionais também têm tido uma participação na geração de segurança interna dos países, na promoção de tecnologias internas. Então assim como Stephen Graham coloca, cada vez mais há a diluição entre essas fronteiras, entre o interno e o externo, principalmente na promoção dessas tecnologias.

Isso me leva à discussão um pouquinho da posição brasileira, em relação a isso. Notamos que já há um bom tempo o Brasil não é um grande produtor dessas tecnologias de segurança. O Brasil não frequenta o rol dessas empresas, desses países que são produtores dessa alta tecnologia voltada para a regulação social e fundamentalmente dessa alta tecnologia voltada também para a produção de segurança. É bem verdade que temos uma indústria voltada para a produção de tecnologia militar, mas ela não se limita a isso. E hoje em dia as tecnologias têm sido determinantes para a produção de segurança e determinantes para uma posição política global de destaque, nós não produzimos isso. Nós somos subalternos. Nós somos determinados pelas tecnologias e pelas empresas produtoras dessas tecnologias e pelos países produtores dessas tecnologias.

O que que eu quero dizer com isso? Boa parte desse sistema de tecnologias de segurança hoje estão imersos nos sistemas de conjunto de paradigmas da tecnologia de coleta de dados. São tecnologias do capitalismo de vigilância, que você bem conhece, são tecnologias voltadas para coleta massiva de dados e que se operacionalizam a partir disso. Um exemplo são tecnologias de policiamento preditivo, tecnologias de sistemas de armas autônomas e voltadas à Inteligência Artificial que são aplicações colocadas em sistemas autônomos que visam o aprendizado automático com base em dados, em coleta de dados.

Esse aprendizado só subsiste se há base de dados e mecanismos de coleta de dados muito profundos de diversos aspectos, seja sobre a interação dos indivíduos na web - ou seja mecanismos que permitam coletar dados da nossa circulação e da nossa interação na web e que sirvam para algum tipo de processamento que vai ser aplicado para treinar a inteligência artificial, que vai ser aplicado para modular certos algoritmos de segurança - assim como outras fontes sensoriais que coletam dados de outras coisas. Por exemplo, dos nossos padrões de circulação da cidade, do nosso padrão de interação, de compras, de relacionamento e de diversas ordens.

Nós hoje no Brasil não temos, em primeiro lugar, grandes empresas que façam essa triagem de dados, esse processamento de dados e muito menos a aplicação desses dados para a geração de segurança pública. A gente vê que uma outra empresa faz essa coleta de dados, que faz essa triagem de dados, e uma outra empresa faz uma aplicação disso. Mas nós não somos grandes inovadores nessa área. Em grande medida o Brasil não passou por processos avançados de inovação no setor digital e hoje temos pouquíssimas empresas que fazem isso.

Alguns podem dizer: “não, mas veja bem, boa parte das empresas que iniciaram, iniciaram como startups nesse processo”. Mas se elas estão iniciando como startups, elas estão iniciando em um universo de um grande oligopsônio, das chamadas GAFAM: Google, Facebook (que hoje é Meta), a Microsoft, a Apple, e a a Amazon, que participam desse universo. E é um grande universo oligopsônio. É um grande mercado, um oligopólio que controla hoje essa coleta massiva de dados que tem sub empresas que coletam esses dados e inclusive promovem e se articulam junto com empresas de segurança produzindo essas novas tecnologias e essas novas aplicações. Hoje o Brasil não tem nenhuma das empresas que participam desse oligopólio e fundamentalmente nós entramos como subordinados nesse mercado. Como a Shoshana Zuboff diria, nós somos os grandes ofertadores de dados, ofertadores de matéria-prima para essas empresas que produzem tecnologias e unem cada vez mais aqueles que fazem as aplicações dessas tecnologias. São empresas de ordem militar, de ordem policial, que operam principalmente nos Estados Unidos, na Rússia, na China e nos países europeus, que são os países que ainda estão na vanguarda da produção dessas tecnologias. Então nós entramos como subalternos.

E trazendo a sua questão sobre a perspectiva brasileira para daqui a 25 anos, dada a condição atual brasileira, a nossa estrutura de inovação que é pífia, na qual boa parte do nosso empresariado é muito avesso ao risco e portanto pouco inova e mesmo diante de grandes incentivos que aconteceram durante 15 anos nos governos do PT, nas empresas pouco houve grandes saltos de inovação e fundamentalmente poucos saltos nesse setor de segurança. Nós somos grandes compradores dessas tecnologias e, portanto, nós não temos uma perspectiva de inovação e de participação nesse rol de grandes produtores dessas tecnologias nos próximos 25 anos. Eu enxergo o Brasil como reforçando a sua condição subalterna diante dessa produção de tecnologia, o que vai reforçando cada vez mais a necessidade de que a gente tenha que se alinhar a países que são produtores dessas tecnologias para que a gente tenha algum destaque ou alguma manutenção de poder relativo no cenário internacional nos próximos 25 anos. Porque eu não vejo a gente integrando esse rol no médio prazo, muito menos no longo prazo. Há muitas dificuldades que mesmo com alteração de governo que possa vir a ter muito mais alinhado a posição do Estado na promoção dessas tecnologias, o catching up é muito longo, é muito longo para que a gente consiga avançar na produção dessas tecnologias e integrar redes de produção de dados, de coleta de dados, de forma a construir uma autonomia em termos de defesa e segurança. Eu acredito que nós vamos adensar essa postura de subalternidade e dependência dessas tecnologias ainda nos próximos anos.

E isso gera diversas implicações e eu aqui trago uma brevíssima observação: quanto mais reforçamos essa subalternidade, menos somos capazes de questionar sobre os limites dessas tecnologias em termos da sua geração de desigualdade social, em termos da sua geração de injustiças sociais. Porque se não produzimos, nós somos dependentes de tecnologias que vêm prontas, pré-moldadas, aplicadas internamente muitas vezes para geração da segurança pública e se nós questionamos a funcionalidade delas, a produção de dados, a maneira como ela coleta dados, a maneira como ela processa esses dados para geração da segurança, muitas vezes elas podem não vir para cá, muitas vezes elas podem não ser aplicadas aqui ou se a gente não questiona muitas vezes elas são aplicadas e geram injustiças sociais aqui, como já vem acontecendo. Então veja, essa condição de subalternidade e de dependência pode implicar ainda mais a produção de desigualdades internamente aqui por conta dessas tecnologias. Então isso é bastante problemático no médio prazo. Então é por aí que eu iria nessa resposta.

P: Ótimo. Então já engata muito bem na nossa próxima pergunta. Como você percebe o impacto dessas tecnologias sobre a democracia brasileira atualmente e as perspectivas também para os próximos 25 anos? Você trouxe essa questão da desigualdade e eu acho que desigualdade tanto Norte-Sul, mas também traz essa questão de classe para entender o impacto dessas tecnologias. E como isso pode afetar a democracia brasileira?

A: Perfeito. Eu, Patrícia, faço aqui na verdade o seguinte argumento: já afetou a democracia brasileira e afetou negativamente. Assim como outros países demoraram a perceber o papel que as novas tecnologias tiveram para processos eleitorais em processos democráticos, nós também parecemos disso. Em 2018, por exemplo, houve pouquíssima observação e regulação sobre a forma como se trocavam mensagens em sistemas como WhatsApp, Telegram e tudo mais. E hoje, essas tecnologias têm tido muito impacto, até mesmo na guerra. Hoje, em conflitos internacionais como tem acontecido entre Rússia e Ucrânia. Eu escrevi um texto, inclusive para o [dossiê do GEDES sobre isso](#), mostrando por exemplo como a Rússia se utiliza do expediente do telegram para divulgar ideias de vitória em guerra, vitória e êxito em certos conflitos e batalha, algo que ajuda a elevar a moral dos combatentes e em grande medida a moral interna do seu país. Assim como a Ucrânia também se utiliza das redes sociais para divulgar determinadas mensagens, muitas vezes, verazes ou não, e que trazem também impactos dentro e fora do país.

Então essas tecnologias já impactam no conjunto da guerra, ainda que falando de tecnologias supostamente com grau de nocividades baixas, como sistemas de redes sociais de coleta de dados e de utilização de sistemas de mensageria. Isso na guerra, mas também em processos democráticos elas têm impacto. É notório o que aconteceu no caso do Brexit na utilização das redes sociais. É notório o que aconteceu na eleição do Trump durante a utilização que a Cambridge Analítica fez desses dados e o que já mostra que essas tecnologias têm impacto sobre processos eleitorais e portanto sobre processos democráticos, na formação de opinião e na divulgação de notícias falsas e na construção de verdadeiros simulacros de realidade que a gente nota nas redes sociais.

O universo nas redes sociais principalmente de candidatos de extrema direita é um outro universo, uma outra realidade paralela que se constrói e que figura muito próximo daquilo que o Jean Baudrillard trabalhava sobre simulacros. Cada vez mais temos que pedir desculpas para o Jean Baudrillard pela maneira como ele foi retalhado no início dos anos 2000 por dizer que muitas vezes o simulacro superaria a realidade e que haveria uma construção paralela da realidade e isso está ali. E notamos isso nos processos democráticos. Só que pensar a democracia somente como o processo eleitoral seria uma falha tremenda minha. A democracia envolve diversos outros quesitos, como a participação política evidentemente, mas também o nosso pleno exercício de direito civis e a nossa plena condição de direitos sociais. Então não são apenas os direitos políticos que já são feridos pelas tecnologias e que precisam e carecem de certa regulação e observação. Mas os nossos direitos civis têm sido constantemente feridos por essas tecnologias, principalmente quando olhamos para pessoas negras, quando olhamos para mulheres, quando olhamos para outros grupos que já estão em estado de vulnerabilidade por conta de diversas questões da nossa formação social.

Então, quando olhamos, por exemplo, esse sistema de reconhecimento facial que tem sido amplamente utilizado sem nenhum questionamento, esse sistema já tem sido base de observação e questionamento por especialistas e pesquisadores internacionalmente, mas ainda assim ela vem sendo utilizada sem nenhum pudor. Forças policiais o adquirem sem necessariamente ter regras de engajamento claras, forças policiais adquirem sem ter uma devida análise de risco, algo que é extremamente grosseiro e anacrônico no período em que vivemos. Essas tecnologias precisam ter o respaldo social, precisam ser objeto de a observação social, sem as quais o que você pode fazer é reproduzir mais injustiça sobre o [inaudível] da tecnologia, escondido que é supostamente racional e desapaixonado que é tecnologia, o que é uma mentira, uma falácia construída pela ideia de progresso técnico e que vai reproduzindo injustiças.

Então cada vez mais eu noto que essas tecnologias têm limitado nossos direitos civis e principalmente de uma parcela da população que já vive em estado de grande vulnerabilidade social. Isso também vai em diversas tecnologias que poderíamos ficar aqui horas discutindo e eu quis trazer a de reconhecimento facial. Mas aqui a gente também migra para a questão social. Muitas dessas tecnologias, muitos desses sistemas de coleta massiva de dados e de produção de informações tem munido muitos problemas sociais, muitos programas de políticas públicas e fundamentalmente também munido para sistemas de empresas que fazem análise de risco.

Veja que isso é extremamente problemático. Quando você pega, por exemplo, no Serasa Experian que faz análise de risco, eles vão reproduzir uma segmentação social que é extremamente problemática porque eles fornecem dados para empresas privadas, bancos que vão tomar a decisão sobre fornecer ou não crédito. E esses dados são categorizados dessa maneira como o Serasa Experian faz sugere diversos problemas porque isso pode incorrer, por exemplo, no privilegiamento de certos setores, no acesso ao crédito e privilegiamento de certos outros setores na oferta desse crédito social. A Virginia Eubanks faz uma análise muito interessante sobre isso mostrando como Big Data, a coleta massiva de dados, sistema de inteligência artificial nos Estados Unidos vêm na verdade, ao invés de corrigir falhas de distribuição de renda internamente, reproduz e influencia o processo de desigualdade social porque acabam privilegiando certos grupos porque entendem que certos bairros geram maior risco e portanto acabam não merecendo melhor crédito e etc. Ou seja, esses sistemas algorítmicos tendem a reproduzir as nossas fissuras e os nossos preconceitos sociais.

Portanto nesses três sentidos a democracia já vem sendo afetada e pode ser muito mais afetada se não houver, nos próximos 25 anos, (a) uma conscientização da comunidade epistêmica que vem investigando sobre isso, que vem debatendo a importância da tecnologia para a democracia e isso já vem, ao meu ver, acontecendo de uma maneira bastante modesta, mas é preciso ir além. Não basta incluir a tecnologia dentro do processo, é necessário compreender todos os debates em torno da tecnologia, todos os debates em torno da ciência e cada vez mais trazê-la para dentro do processo e trazê-la a partir de uma análise multidisciplinar e interdisciplinar. Isso é muito importante; e (b) a conscientização das autoridades a respeito disso criando mecanismos e dispositivos internos para regulação e observação e ser a conscientização também de movimentos da sociedade civil que hoje olham para direitos sociais e civis de diversas formas, mas precisam cada vez mais incorporar o fator da tecnologia como um elemento desagregador e produtor de desigualdades e injustiças sociais. Hoje já não faz sentido nenhum, aliás faz sentido, toda luta social faz muito sentido, mas um vilão que é importante é a inclusão da tecnologia por parte dessa reflexão.

E em 25 anos a gente pode ignorar isso e caminhar para largos processos de produção de autoritarismo como já ocorre em certos países. Na China é muito notória a utilização dessas tecnologias de forma autoritária. Porém, faço uma grande ressalva, é importante deixar claro, isso não é exclusivo da China. Existem processos muito autoritários acontecendo na Europa e nos Estados Unidos - os supostos bastiões da democracia e da liberdade internacional - com o uso dessas tecnologias.

Sistemas de reconhecimento facial têm sido utilizados nos Estados Unidos para prender pessoas preventivamente e erroneamente e para manter essas pessoas presas. E isso é bastante problemático. Sistemas de policiamento preditivo têm sido utilizados no Reino Unido para prender preventivamente pessoas. Sistemas autônomos de armas têm sido utilizadas pelos Estados Unidos para invocar uma guerra sem tragédia [inaudível] pautada na superioridade tecnológica e suporta precisão do sistema tecnológico, do drone, autônomo, eles fariam guerras supostamente cirúrgicas globalmente.

Veja como isso é um absurdo nesse último caso. Perdão por me alongar na resposta aqui. Nesse último caso os Estados Unidos fizeram um ataque no Afeganistão, muito recentemente eu acho que no último mês, e que matou um líder ainda ali da Al-Qaeda. E veja como foi a discussão sobre o assunto. Eles lançaram um ataque de drone contra esse líder da Al-Qaeda que eu não vou me lembrar o nome agora e supostamente esse armamento foi capaz de cirurgicamente matar só esse líder da Al-Qaeda. Porque era um dispositivo não explosivo que foi lançado e que tem todo um sistema de retaliação e mutilação corporal e portanto ele era cirúrgico e matou apenas um indivíduo da Al-Qaeda. Repito não se sabe se ele foi o único alvo que acabou sendo morto. Um grande ponto é como as notícias de jornal depois foram replicando essa discussão, mostrando como o armamento [dos EUA] é superior, mostrando como o desenvolvimento de tecnologia nos [EUA] levou a essa possibilidade. E pouco discutem sobre como o espaço aéreo do Afeganistão foi invadido, como os Estados Unidos pintam e bordam o uso dessas tecnologias em todo o Oriente Médio e como isso vai autorizando o uso cada vez mais discricionário de certas tecnologias como resposta a problemas e dilemas muito sérios de segurança que é o suposto combate ao terrorismo que vem acontecendo.

Então, aquilo que é necessário de ser incorporado na discussão é como as tecnologias vem autorizando formas mais autoritárias de violência tanto âmbito internacional quanto no âmbito doméstico são deixadas de lado para que se louve a pornografia dos instrumentos tecnológicos. A mesma coisa acontece com Israel com esse novo sistema de armas chamado Iron Dome em detrimento de toda a destruição que se causa por sistemas de míssil também em Israel sobre o território que eles ocupam da Palestina. Então é bastante interessante e trazer esse tipo de reflexão [inaudível] para que a gente consiga produzir reflexões de fato densas sobre novas tecnologias e questões de segurança. É por aí que eu iria. Eu sei que eu me alonguei um pouco na resposta.

P: É muito interessante. Vai trazer vários insights aqui para a gente refletir na nossa pesquisa e inspirar outras pesquisas também. E essa parte de como que vem a justificativa da aplicação da tecnologia também ela precisa ser problematizada, questionada, então tem muito material aqui para a gente trabalhar. Eu queria saber, a gente tem só cinco minutinhos, mas se você tem algum apontamento final, algum ponto que você queria chamar mais atenção para futuras pesquisas ou mesmo para nossa pesquisa e podemos encerrar por aqui. Então você tem algum apontamento?

A: Legal. Um brevíssimo apontamento, algo que pode ser válido, é pensar agora como o mundo tem pensado na regulação dessas tecnologias e qual é o limite também de a gente deixar esse suposto mundo pensar na regulação dessas tecnologias quando elas não têm uma característica estável, quando elas são aplicadas em outros contextos. A tecnologia não é uma coisa fechada, ela nunca é algo fechado, encerrado por si mesmo, então quando eu penso em uma tecnologia como sistemas autônomos de armas ou sistemas preditivos de policiamento, se elas são aplicadas no contexto dos Estados Unidos os efeitos são uns. Mas quando aplicadas no contexto do brasileiro, Sul-americano ou no Sudeste Asiático, ou na África, os efeitos podem ser outros e portanto pensar uma regulação puramente estável fechadinha dentro dos problemas que são observados pelos países desenvolvidos, ela [a tecnologia] pode gerar muitos malefícios. É necessário pensar uma regulação, mas uma regulação a partir do Sul, a partir do olhar dos países subalternos, a partir de um olhar devidamente subalterno porque os efeitos são diversos, são efeitos outros. E portanto isso demanda uma certa empiria e uma compreensão dos efeitos adversos que ela gera aqui. Essa é uma linha de debate que pode ser perseguida e debatida daqui em diante que pode ser válida.

Como o trabalho de vocês olha muito para questões de autonomia e até de soberania diante disso, é necessário olhar até que ponto a estrutura de inovações dentro do Brasil, a estrutura empresarial também responde a esse processo de tentativa de catching up. Até que ponto o Estado está mais interessado em promover esse catching up para se produzir uma autonomia ou o Estado também não liga muito para isso. O que é notório é que mesmo diante dos escândalos de espionagem que refletiram sobre nosso executivo aqui, como aconteceu algum tempo atrás, pouco foi feito para se pensar em uma defesa cibernética concisa e fundamentalmente a aquisição de novas tecnologias e o estímulo de empresas a perseguir essas novas tecnologias para se protegerem e para gerar uma produção efetiva aqui, para produzir uma nova defesa efetiva do nosso sistema informacional aqui.

É preciso também ser capaz de distinguir até que ponto há uma vontade do Estado ou há um projeto de subalternidade que também o Estado é conivente. Certos alinhamentos políticos e ideológicos dos últimos anos talvez demonstrem o projeto de subalternidade tecnológica, no reforço nessas linhas de dependência e de produção de alinhamentos automáticos com outros países. Também a linha tecnológica envolve isso. Pensar de que forma a gente está construindo uma subalternidade programada e me parece que os últimos governos, do governo Bolsonaro e do governo do Temer reforçam essa dependência como algo estratégico, como algo programático de não se envolver na inovação tecnológica para garantir essa subalternidade e um alinhamento automático ao desígnios tecnológicos dos países centrais, especificamente Estados Unidos. Então isso é bastante complexo e isso é algo que talvez seja válido analisar até que ponto é um projeto essa subalternidade, que eu venho chamando de subalternidade mas outros também chamam melhor do que eu.

P: Perfeito. Ótimo. Foi muito esclarecedora a conversa. Eu agradeço a todo mundo que assistiu aqui e participou conosco e até breve. Obrigada.



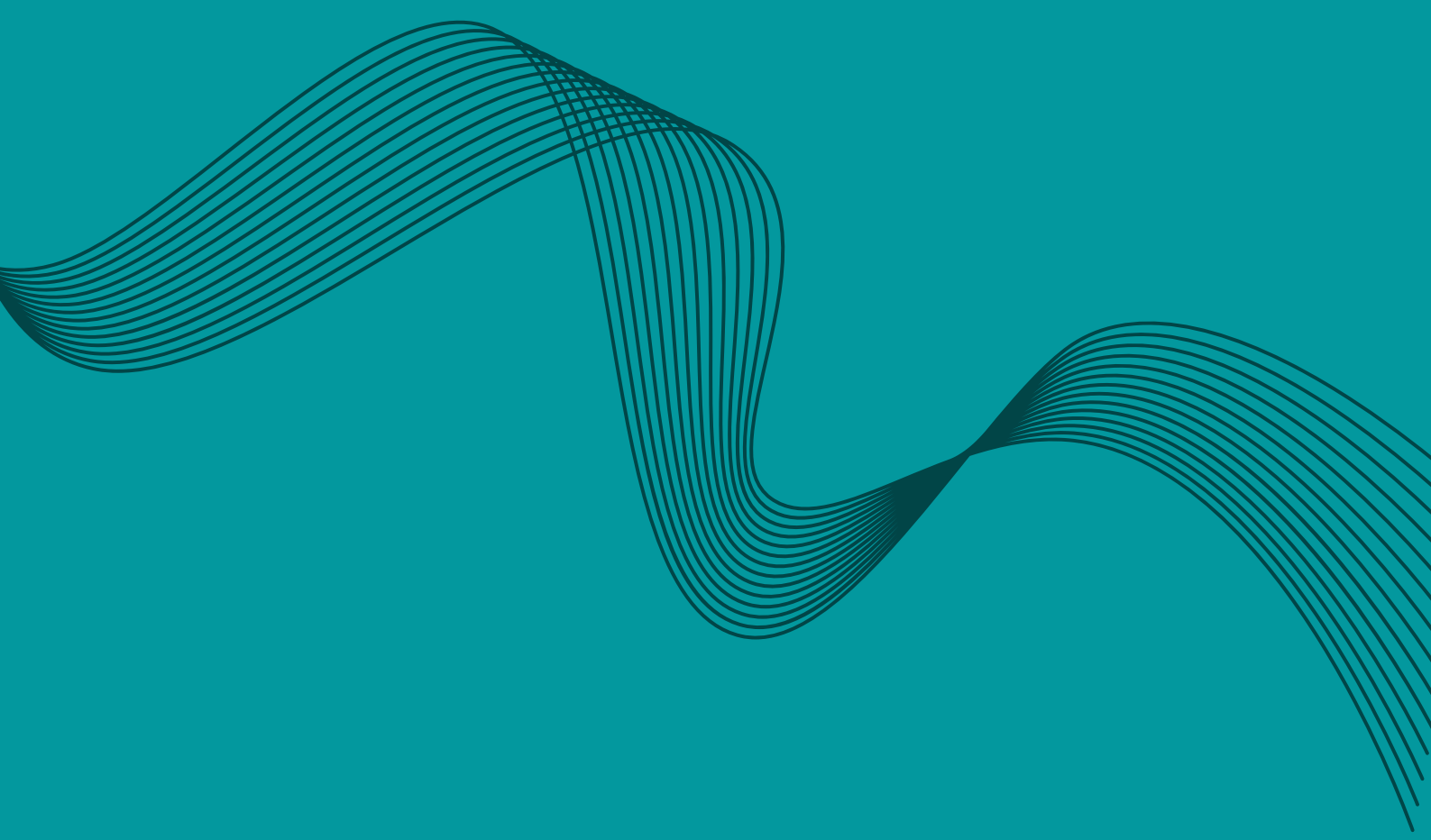
[Link para a entrevista](#)

* Patrícia Borelli é professora de Relações Internacionais da FACAMP e pesquisadora do GEDES.

Alcides Peron é professor da Facamp e pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência, da USP. Doutor (2016) em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), foi professor da FACAMP e da Universidade Federal de Sergipe.

Transcrição: Mayara Zorzo, mestranda e bolsista Fapesp no Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). Pesquisadora do Gedes e da Rede PAET&D.

Esta entrevista foi levemente editada para facilitar a compreensão.



GEDES

GRUPO DE ESTUDOS DE DEFESA
E SEGURANÇA INTERNACIONAL



ERIS

DEFESA E SEGURANÇA INTERNACIONAL

Maio
2023